

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano IV n. 36 setembro 2005



Administração busca novos espaços para o TRF da 1ª Região

MURAL DE FOTOS



Veja os melhores momentos da
Primeira Região.

Acesse www.trf1.gov.br/Setorial/Ascom – Mural de fotos

Uma Justiça cada vez melhor

O Judiciário enfrenta dificuldades de ordem financeira e de falta de pessoal. Lida com o crescente aumento de trabalho e o acúmulo de processos, advindo de fatores vários, como os entraves provocados pelas leis processuais.

Os meios criados e colocados em prática no afã de resolver as dificuldades abrangem desde medidas gerais, como a ampliação do número de varas, até as mais setoriais, como aquelas tomadas por este TRF na área de pessoal, ao realizar concursos para juizes federais substitutos, investimentos para obter melhorias em recursos materiais e humanos e dar melhor tratamento ao jurisdicionado.

Preocupa-se a atual Administração em ocupar o prédio que abrigava o Conselho da Justiça Federal (CJF), mediante tratativa do Presidente desta corte junto ao Presidente do CJF, Ministro Edson Vidigal. As chaves do edifício Cabo Frio foram entregues em ato solene, e iniciou-se o processo de ampliação das instalações das unidades da Casa e de acomodação de mais 24 desembargadores federais, aumento autorizado pelo colegiado do CJF e que aguarda aprovação do Congresso.

As Editoras
destaquemensal@trf1.gov.br

17



A Seção Judiciária de Minas Gerais passa a ter Juizado Federal Virtual

35



Ajufer realiza o III Encontro Anual da Associação debatendo temas atuais

24

Lançado IX Concurso Nacional de Monografias do TRF-1ª Região

08

Oitava Turma edita instruções internas para regular novos procedimentos

PRESIDENTE

Aloisio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assuete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel da Silva

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

Neuza Maria Alves da Silva

DIRETOR-GERAL

Washington Ribeiro da Silva

SECRETÁRIO-GERAL DA

PRESIDÊNCIA

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

EM EXERCÍCIO

Marcela Correia

EDITORES

Lucimar de Melo e

Marcela Correia

REDATORES

Ivani Moraes, Juliana Freire, Lucimar

de Melo, Marcela Correia, Mara Lúcia

Bessa, Márcia Barroso, Marília Maciel,

Rafael Braga e Samantha Salomão

Colaboração: Christiane Callado/

SJMG e Gésner Braga/SJBA

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, José Alexandre

de Souza, Juliana Corrêa, Larissa

Graciano, Marina Marcondes e

Victor Brandão

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Bruno Almeida, Carlos Rodrigues,

Luiz Augusto Cals, Luiz Carlos

Xavier, Magnaldo Timo, Mauro

Putini, Saulo Cruz e Vandenev

Machado

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social

- Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

TechnoArte Bureau e Fitolito Digital

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores - SAS

- Quadra 02 - Bloco A - Edifício-

Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/radio@trf1.

gov.br/tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



Notas

Presidente concede entrevista na Bahia



Presidente Aloísio Palmeira é entrevistado na TV Bahia/Rede Globo

A instalação da Vara Federal de Campo Formoso, no interior da Bahia, foi o tema central da entrevista concedida, no dia 28 de setembro, pelo Presidente Aloísio Palmeira ao programa *Jornal da Manhã*, apresentado pelos jornalistas Genildo Lawinsky e Adriana Quadros, na TV Bahia, afiliada da Rede Globo em Salvador.

O Presidente falou da inauguração da vara federal, que ocorreria no dia 30 de setembro, esclarecendo que beneficiaria uma população de 800 mil habitantes dos 36 municípios da jurisdição da nova Subseção Judiciária. Também destacou a instalação de varas no interior baiano, na cidade de Barreiras, no dia 14 de outubro, em Feira de Santana e Juazeiro, programadas para novembro, além de outras previstas na Lei nº 10.772/2003, em Eunápolis, Guanambi, Itabuna, Jequié, Paulo Afonso e Vitória da Conquista.

Questionado sobre os benefícios da presença da Justiça Federal no interior, o Desembargador Aloísio Palmeira apontou principalmente a atração de outros órgãos federais aos diversos municípios, tais como a Procuradoria da República, a Defensoria Pública da União, a Advocacia-Geral da União e a Polícia Federal, elevando o *status* da região. Também esclareceu os tipos de ações que correm na Justiça Federal, a exemplo do combate à lavagem de dinheiro e à prática de crimes contra o patrimônio público federal.

Fonte: Seção Judiciária/BA

Correição Ordinária

No período de 3 a 11 de outubro, a Corregedora-Geral, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, iniciou a correição geral ordinária na Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso (Cuiabá e Cáceres). A correição contou com a colaboração do Juiz Federal da 14ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Evaldo de Oliveira Fernandes, filho;



Desembargadora Federal Assusete Magalhães ao lado dos Juizes Federais Evaldo de Oliveira (esq.) e Paulo César Sodré

da Juíza Federal da 6ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Sônia Diniz Viana; do Chefe da Assessoria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, Manoel Maia Jovita; do Diretor de Secretaria da 22ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Carlos Magno Costa Teixeira; do Diretor de Secretaria Substituto da 6ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, Odnei Godinho do Prado; e do Assessor Judiciário da Coger, Renato César Pinto Pereira.

A Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso conta com seis varas federais em sua sede (Cuiabá) e uma vara federal em Cáceres/MT. Nelas tramitam aproximadamente 62 mil processos, dos quais cerca de 20 mil são dos Juizados Especiais Federais, e cerca de mil processos encontram-se em tramitação na Subseção Judiciária de Cáceres/MT.

Desembargador Federal preside abertura de congresso tributário

No dia 5 de outubro, o Desembargador Federal Leomar Barros Amorim presidiu a sessão de abertura do I Congresso Maranhense de Estudos Tributários, na capital São Luís. O evento tem como tema "Tributação e Direitos Fundamentais do Contribuinte" e reúne alguns dos maiores estudiosos de direito tributário do País.



O congresso é promovido pelo Instituto Maranhense de Estudos Tributários (Imaet) e tem o apoio da OAB/MA e do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Na ocasião serão discutidos, entre outros assuntos, "Guerra Fiscal e ICMS" e "Princípio da Segurança Jurídica".

No encerramento do encontro, no dia 7 de outubro, fez-se homenagem pelos 50 anos de atividade profissional, a Kleber Moreira, o mais antigo e um dos mais respeitados advogados tributaristas do Maranhão.

Projeto piloto redefine competência de varas federais



Juiz Federal Alexandre Vidigal entrega o relatório final para o Presidente Aloísio Palmeira

Uma comissão formada por cinco juízes federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, tendo em vista limitação da prestação jurisdicional causada pela diversidade de matérias submetidas ao conhecimento das varas federais “não-especializadas”, realizou estudo em 17 varas federais inseridas nessa categoria, que, em fevereiro de 2005, acumulavam 55% do acervo total de causas – sem contar com os processos em tramitação nos Juizados Especiais Federais e os que se encontravam em recurso na época. O resultado foi materializado em projeto piloto que redefine a competência das varas federais em áreas de concentração temática (ACTs). “Entendemos que a especialização das varas, com a concentração de matérias por áreas temáticas, resultará na racionalização dos serviços, diminuição da sobrecarga de trabalho e conseqüente melhora na produtividade, qualidade e eficiência da prestação jurisdicional”, afirmou o presidente da comissão, Juiz Federal Alexandre Vidigal, da 20ª Vara Federal da SJDF. Além dele, formaram a comissão os Juízes Federais Francisco Neves da Cunha, Marcus Vinicius Reis Bastos, Anamaria Reis Resende e Charles Renauld Frazão de Moraes.

Primeiramente, o estudo identificou os

processos que seriam submetidos à redefinição de competência. Após a seleção, seguiu-se a definição dos incluídos nas ACTs. Em relação ao total de processos das varas não-especializadas, a comissão chegou a um resultado de 40.565 processos que se dividiam em cinco áreas específicas: 17.400 ocorrências de temas ligados ao Direito Tributário; 16.400 relacionadas aos servidores civis e militares; 2.200 ocorrências ligadas a licitações, contratos ou ensino superior; 3.500 ocorrências pertinentes à gestão administrativa e proteção ao patrimônio público; e 10.500 processos ligados à área cível, remanescentes das anteriores. Ficou estabelecido que, das 17 varas, quatro delas seriam de matéria tributária; quatro, de “servidor público”; três, de “licitação e contratos”; três, de “administrativo”; as três restantes, responsáveis por questões cíveis. Segundo o Juiz Federal Alexandre Vidigal, as mudanças propostas pelo projeto piloto se focam apenas na redefinição das competência das varas. “O projeto não trata de qualquer mudança estrutural, física ou de pessoal, contando, isso sim, com a estrutura já disponível. Trata-se de um projeto cujo enfoque é a “otimização” dos serviços”, afirmou.

O relatório final do estudo, contendo o projeto piloto, foi entregue ao Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, no dia 31 de agosto, em solenidade ocorrida na sala de sessões nº 3 do edifício-sede do TRF-1ª Região. Compuseram a mesa, além do Presidente do Tribunal e do Juiz Federal Alexandre Vidigal, a Diretora do Foro da SJDF, Juíza Federal Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do DF – Roberto Gomes Perez e a Presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região (Ajufer), Solange Salgado, que, na oportunidade, agradeceu o apoio do Presidente Aloísio Palmeira ao projeto. O Presidente Aloísio Palmeira falou da satisfação em receber o relatório. “Vemos hoje concluído um trabalho de extrema importância para a Justiça Federal”, afirmou. Um coquetel, oferecido pela Ajufer, encerrou a solenidade.

O relatório foi anexado a processo distribuído à Desembargadora Federal Assusete Magalhães e seguirá para apreciação da Corte Especial Administrativa (processo nº 1173/2005), que julgará a proposta da comissão para sua implantação na 1ª Região, iniciando-se pelo projeto piloto junto à Seção Judiciária do DF.

Por Juliana Freire

10 anos de Feira de Saúde



Ruth Maria Cruz Vaz – Diretora da Divisão de Programas e Benefícios

Ruth Maria Cruz Vaz é administradora e pós-graduada em Recursos Humanos. Exerce o cargo de Diretora da Divisão de Programas e Benefícios há 16 anos. Em 2001, iniciou o trabalho como coordenadora do Programa de Qualidade de Vida e Trabalho do TRF e está à frente da coordenação geral da Feira de Saúde desde sua implantação.

Neste ano, a feira comemora dez anos de realização. Ruth Vaz, em entrevista realizada para os leitores da Destaque, resalta as mudanças percebidas ao longo desse tempo, em que o foco do evento foi ampliado, tendo a promoção da saúde e a qualidade de vida das pessoas que trabalham no Tribunal como objetivo principal.

Como surgiu a idéia de realizar uma feira de saúde no Tribunal e qual foi a proposta inicial?

O Pro-Social, desde que foi criado, sempre se preocupou em orientar magistrados e servidores quanto à importância da promoção de saúde, prevenção às doenças e formação de hábitos saudáveis. Em 1996, uma

estagiária integrante de nossa equipe teve a idéia de organizar um evento para disseminar informações sobre saúde física e realizar exames preventivos durante cinco dias. Saímos em campo visitando vários eventos de saúde e criamos nosso modelo e, assim, nasceu a I Feira de Saúde do TRF-1ª Região.

Qual o público-alvo da feira?

Desde a sua primeira edição, a Feira de Saúde objetiva atender magistrados, servidores, estagiários, prestadores de serviços, familiares e convidados.

O objetivo foi alcançado?

Sim; com o tempo, o foco do

evento foi ampliado e passou a ser trabalhado de forma global, holística. Todas as dimensões do ser humano passaram a ser objeto de preocupação, e as atividades foram-se diversificando, tendo como eixo a promoção da saúde e a qualidade de vida.

Quais foram os reflexos na vida das pessoas com a implantação da feira?

Esse evento tem proporcionado melhorias substanciais para as pessoas, principalmente em relação à auto-responsabilidade, e o melhor gerenciamento do estilo de vida, pois levamos informações de forma lúdica e prazerosa, colocando o ser humano como elemento primordial do seu próprio bem-estar. E as pesquisas demonstram que esse é o melhor caminho para uma longevidade saudável.

Quais as mudanças percebidas ao longo desses dez anos?

As nove feiras já realizadas evidenciaram um crescimento progressivo, tanto no nível quantitativo quanto no qualitativo. As avaliações anuais nos permitem corrigir os erros e planejar os ajustes necessários para que, a cada evento, as mudanças conduzam sempre a resultados cada vez mais satisfatórios.

Como é organizar uma feira de saúde desse porte? Quantas pessoas estão envolvidas?

Não é uma tarefa fácil. Na verdade é um grande desafio, pois a equipe da Secbe/Diben é muito pequena, somos apenas duas pessoas na coordenação

geral, eu e a supervisora da Sesoc, Maria Dalva; os demais servidores da Diben nos auxiliam sempre que possível; temos um coordenador para cada estande, e cada coordenador envolve a equipe de sua unidade. Temos ainda pessoas supervaliosas que atuam nos bastidores, garantindo a qualidade e a beleza do evento; destacamos as equipes da Divaf, Diedi, Digra, Direh, Secad, Diseg, Secol, Secin, Dieng e ainda todo o Comitê Gerencial do PGQVT.

Graças a esse apoio e à complementaridade de tantos talentos, temos

“...levamos informações de forma lúdica e prazerosa, colocando o ser humano como elemento primordial do seu próprio bem-estar.”

conseguido manter o sucesso dessa importante ação, hoje absorvida pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho.

E em relação à parceria? Existe o apoio de outras instituições na organização da feira?

Como eu disse, as parcerias internas são as grandes responsáveis pelo nosso êxito. A elas acrescentamos o apoio e compreensão dos desembargadores do TRF que lidam com o intenso barulho nas proximidades do Plenário

durante a realização da feira, dos dirigentes, principalmente em relação à liberação dos servidores, o patrocínio de instituições financeiras como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, e a participação de pessoas físicas e jurídicas credenciadas ou representativas da área pública e privada do Distrito Federal. Destacamos o Sesc/DF, o nosso fiel parceiro, que está conosco desde a I Feira.

Como é feita a seleção dos temas e estandes para montagem?

A princípio nos reunimos na Secbe/Diben e trocamos algumas idéias. Em seguida, essas sugestões são levadas para uma reunião do Comitê Gerencial do PGQVT e lá organizamos um *brainstorming*. Os resultados são maravilhosos. Há uma verdadeira tempestade de idéias criativas, interessantes e inovadoras. Daí é só chegar a um consenso quanto ao tema gerador e aos nomes dos estandes, que representam sempre o somatório das potencialidades desse dinâmico grupo de trabalho.

E neste ano, qual a novidade para a edição da feira, considerando os 10 anos de realização?

Dez anos é muito tempo, que merece uma bela celebração. Resolvemos, portanto, celebrar a vida, em suas diferentes fases: infância, juventude, maturidade e velhice. O ciclo da vida será representado também pelos símbolos da natureza: água, fogo, terra e ar. A feira, hoje, está na fase adulta, em contínuo processo de maturidade. Esperamos que ela envelheça esbanjando saúde e qualidade de vida.



Sessão é transmitida via internet



O Presidente da Comissão, Desembargador Federal Catão Alves, ladeado por Angela Ziller (à esq.), secretária da Comissão, e Sorama Freitas, servidora do Tribunal

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu mais um passo em direção à transparência e publicidade das iniciativas e acontecimentos da Casa. Transmitiu ao vivo, pela Internet, a divulgação das notas da segunda e da terceira prova escrita do XI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região.

A sessão, presidida pelo Desembargador Federal Catão Alves – Presidente da Comissão – ocorreu no dia 16 de setembro, na sala julgadora nº 1 do subsolo do TRF-1ª Região, e foi transmitida, em tempo real, pela Internet, por meio do Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística (Sidjor), que está disponível na página eletrônica do Tribunal.

Segundo a secretária da Comissão Examinadora de Concursos, Angela Ziller, a idéia partiu de alguns dos candidatos que acompanham as sessões de julgamento e, felizmente, coincidiu com o interesse de dar ampla divulgação ao evento pela secretaria da comissão que realiza os concursos.

A próxima etapa do certame acontecerá no dia 21 de novembro. Serão cerca de cinco dias de provas orais, com as sessões abertas ao público.

Oitava Turma edita instruções internas para regular novos procedimentos

Com o objetivo de estabelecer rotinas e procedimentos para o controle dos feitos da competência da Coordenadoria da Oitava Turma do TRF-1ª Região, a presidenta do órgão julgador, Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, publicou duas novas instruções internas. A norma nº 02 trata da delegação de atos administrativos para a Coordenadoria da Turma. Já a nº 3, estabelece rotinas para a participação dos juízes federais convocados a atuarem em auxílio aos Desembargadores Federais, em razão da extinção das Turmas Suplementares. As instruções foram editadas na forma do artigo 29 do Regimento Interno.

Confira as novidades estabelecidas na Oitava Turma.

Instrução Interna nº 02

Com base na emenda constitucional nº 45, a presidenta da Oitava Turma do TRF-1ª Região, Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, editou a instrução normativa nº 02, com o objetivo de delegar a prática de atos de administração e de atos de mero expediente sem caráter decisório para a Coordenadoria da Turma. A instrução foi publicada em 5 de maio deste ano.

Entre os atos de mero expediente que o Coordenador da Oitava Turma poderá realizar de ordem do Desembargador relator, está o deferimento de vista às partes, quando requerido; a intimação da parte recorrida para manifestar-se em relação aos efeitos modificativos, quando requerido nos embargos de declaração; o desentranhamento de petições juntadas equivocadamente e a regularização da representação processual em caso de ausência de procuração.

Instrução Interna nº 03

A Instrução Interna nº 3 da Coordenadoria da Turma estabelece os procedimentos a serem realizados com relação à atuação dos juízes federais convocados para auxiliar os desembargadores federais. A instrução foi editada no dia 1º de setembro, de acordo com o estabelecido pela resolução presi 600-022, de 05 de agosto.

Pelo regulamento, os juízes auxiliares participarão das sessões previstas no cronograma de pautas da turma, em sistema de rodízio, observada a ordem de antiguidade, no Tribunal, do desembargador auxiliado. Os processos sob a relatoria dos juízes auxiliares serão apresentados após o término do julgamento daqueles apresentados pelos desembargadores, e o julgamento dos processos do juiz auxiliar não depende da presença do desembargador substituído. A instrução estabelece ainda que os gabinetes criarão procedimentos internos de acompanhamento e controle dos processos atribuídos aos juízes auxiliares.

Cuidados com o coração

Foi celebrado, no dia 25 de setembro, o Dia Mundial do Coração, data marcada por mobilizações com o objetivo de chamar a atenção da população para a importância da prevenção aos riscos cardiovasculares. Compartilhando da mesma finalidade, o Serviço Médico do TRF-1ª Região organiza há seis anos a Semana do Coração. Como parte do evento, a equipe médica visita todas as unidades da Casa, aferindo a pressão arterial dos interessados, além de proporcionar ao público palestras educativas sobre prevenção às doenças cardiovasculares. Neste ano, a semana do coração aconteceu no período de 23 a 28 de setembro. Cerca de 30 pessoas compareceram à palestra de abertura ministrada pelas médicas do corpo clínico da Casa, Ana Alice Carvalho – cardiologista, que abordou o tema “Riscos cardiovasculares” – Maria Luiza Mathias e Helena Farhat – ambas endocrinologistas. As médicas falaram sobre a síndrome metabólica ligada à obesidade, maior causa de morte por doenças cardiovasculares. “As pessoas têm que tomar consciência da importância da prevenção e do tratamento das doenças cardiovasculares”, afirmou a cardiologista Ana Alice durante a palestra.

Ao longo dos quatro dias, uma equipe de enfermagem, formada por enfermeiras do serviço médico do TRF e monitoras – universitárias do curso de enfermagem da Unip (Universidade Paulista) –, aferiu a pressão arterial de cerca de 1000 pessoas, entre desembargadores federais, servidores, estagiários e

prestadores de serviços. Com relação aos anos anteriores, foi verificado pelas enfermeiras que a porcentagem de pessoas com pressão alta não aumentou. Porém, constatou-se o aumento da pressão nos mais jovens. “A média (de pessoas com pressão alta) continua a mesma, cerca de 20% da população do Tribunal. O que vem nos assustando é o número de pessoas jovens (18 a 30 anos) que vem apresentando pressão alta”, afirmou a enfermeira Mônica Silva da Cunha, que fez parte da equipe.

Desdobramento – O trabalho não pára ao se completar o itinerário das visitas. A confirmação do diagnóstico de pressão alta é a primeira etapa. Da lista

colhida, é feita uma triagem, onde são identificados os prováveis hipertensos (com pressão arterial acima de 130X85). O serviço médico, nesses casos, oferece outras oportunidades para aferições. Conforme resultado, o paciente é incluído no Programa de Prevenção e Controle dos Riscos Cardiovasculares. “É feito um acompanhamento com orientações para modificação nos hábitos de vida. Quando o indivíduo consegue atingir uma pressão baixa, ele é mantido no programa apenas para controle. Se não consegue modificar os hábitos ou se, mesmo com as mudanças, a pressão não baixa, é feito um encaminhamento ao cardiologista e, se necessário, ao endocrinologista e nutricionista”, completa a enfermeira Mônica.

Evolução – Desde que entrou no TRF-1ª Região, em 2002, a cardiologista Ana Alice constatou que a conscientização do público sobre os problemas cardiovasculares aumentou. “Quando entrei no TRF, já havia por parte da Equipe de Enfermagem um projeto bem estruturado de Programa de prevenção e Controle dos Riscos Cardiovasculares, às vezes marcado por algumas dificuldades de realização pela falta de material humano ou por falta de interesse individual dos servidores. Com o tempo e muita persistência da equipe, e também com os resultados positivos dos primeiros beneficiados pelo trabalho, é possível notar que muitos procuram o nosso serviço tanto para orientação e acompanhamento quanto para tratamento de seus fatores de risco (hipertensão, diabetes, tabagismo, obesidade entre outros)”, afirmou.



Equipe médica aferiu pressão arterial na Semana do Coração



Conhecendo o Tribunal

O papel da Secre no Tribunal

A Secretaria de Recursos Humanos (Secre) desenvolve os trabalhos relativos aos servidores e estagiários do Tribunal, como confecção da folha de pagamento e anotações conseqüentes, manutenção dos registros e assentamentos funcionais, análise para concessão de direitos, verificação de deveres funcionais, programas e eventos de capacitação, acompanhamento por meio de psicologia organizacional, entre outros.

Para o Diretor da Secre, Alex Amorim, que dirige a secretaria desde 2002, os principais projetos da unidade são

o banco de talentos e a implantação geral na 1ª Região de um sistema único de recursos humanos, elaborado juntamente com a Secretaria de Informática (Secin).

Para a realização dos trabalhos, a Secre conta com as divisões de Cadastro de Pessoal (Dicap), de Pagamento de Pessoal (Dipag), de Legislação de Pessoal (Dilep) e de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh). Segundo informaram alguns diretores das divisões, parte das dificuldades encontradas na execução das tarefas de

responsabilidade da Secretaria é gerada pela falta de pessoal. O Diretor da Dicap, Fernando Antônio Melo, afirma que a demanda é muito grande. “A Dicap é responsável por diversos expedientes das Seções Judiciárias, além do controle dos assentamentos dos servidores do TRF-1ª Região”. Opinião compartilhada pela Diretora da Dipag, Barcelônea de Fátima, que conta com a ajuda de seis servidores e dois estagiários. “O número de servidores é reduzido. O telefone toca o dia inteiro, somos muito solicitados”, diz.



Acima, o diretor da Dicap, Fernando Antônio de Mendonça Melo Júnior, ladeado por servidores e estagiários

A diretora da Dipag, Barcelônea de Fátima Feitosa, servidores e estagiários



***As divisões da Secre**

Divisão de Cadastro de Pessoal (Dicap) – É responsável pela organização e manutenção das informações cadastrais dos servidores do Tribunal e controle de atos de provimento e vacância e controle de vagas do TRF e das Seccionais. Ela faz ainda a execução das atividades de competência de suas unidades integrantes, referentes a registro, controle e atualização dos dados cadastrais; assentamentos funcionais dos servidores; controle do quadro de vagas do Tribunal e das Seções Judiciárias; progressões funcionais e movimentações de padrões.

Divisão de Pagamento de Pessoal (Dipag) – Dirige as atividades relacionadas ao pagamento de magistrados e servidores do Tribunal. A Dipag é responsável também pela implantação e manutenção das fichas financeiras dos juizes e servidores do Tribunal; averbações e descontos autorizados; organização das folhas e processos de pagamento de magistrados, servidores e consignatários ou fornecimento de elementos para sua confecção por outros órgãos.



Alex Amorim, Diretor da Secre, ladeado por parte da equipe da Secretaria de Recursos Humanos

Divisão de Legislação de Pessoal (Dilep)

– Coordena as atividades relativas à legislação de pessoal no que se refere a direitos, deveres e vantagens. Garante aplicação da legislação e da jurisprudência relativas à área de pessoal. Executa e controla as atividades relativas a direitos e deveres dos servidores do Tribunal. Controla os procedimentos referentes à inatividade dos servidores do Tribunal e das Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região, bem como à concessão de pensões.



Diretor da Direh, José Carlos Viana, servidores e estagiários

Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh)

– Dirige as atividades de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos no Tribunal e nas Seções Judiciárias. A Direh é responsável pelo desenvolvimento dos recursos humanos; recrutamento e seleção de servidores; eventos de capacitação dos servidores; programa de estágio; avaliação e acompanhamento dos servidores.



Diretora da Dilep, Maria do Carmo Cezário Corrêa, servidores e estagiários

*fonte: Regulamento de Serviço do TRF-1ª Região.



Gente em Destaque

No ritmo da Dança do Ventre...



Magia, mistério e beleza. Foram esses ingredientes que fascinaram Rita de Cássia Teodósio dos Santos e a levaram a praticar a Dança do Ventre. Há cerca de três anos a servidora, no cargo de técnico judiciário da área de taquigrafia do TRF da Primeira Região, encantou-se com a dança milenar e decidiu dedicar-se por inteiro à nova paixão. O primeiro passo foi aprender os mistérios da dança do ventre com a renomada professora, Maria das Mercês.

Rita de Cássia acredita que uma das boas qualidades da dança do ventre é aliar flexibilidade à auto-estima. “Além de ser uma dança sagrada, ela tem o objetivo de provocar a busca do autoconhecimento através da consciência e da leitura corporal, ou seja, além de

arte, a dança do ventre, é uma terapia”, afirmou a servidora.

Apesar da timidez, Rita de Cássia reúne os amigos e faz apresentações em casa. “Como eu não gosto de me apresentar em lugares públicos, prefiro a companhia de amigos e familiares na hora de mostrar minha performance na dança do ventre”, afirma.

Rita de Cássia atribui grande parte de seu receio de se apresentar para um público maior à distorção que as pessoas fazem da profissão de dançarina do ventre, “a sensualidade da dança é confundida com a sexualidade”.

Com muitos projetos em mente, Rita de Cássia corre contra o tempo e, duas vezes por semana, faz treinos intensivos de dança do ventre para participar, em 2006, de um festival. E os planos de Rita não param por aí, até o próximo ano ela pretende dar aulas para iniciantes na academia onde treina. “Essa dança proporciona muito prazer e bem-estar a quem a pratica. São justamente essas sensações que eu desejo passar adiante”, ressalta a dançarina.

A Dançarina

“Um dia, veio à corte do Príncipe de Birkasha, uma dançarina e seus músicos ... e ela foi aceita na corte... e ela dançou a música da flauta, da cítara e do alaúde.

Ela dançou a dança das chamas e do fogo, a dança das espadas e das lanças; e ela dançou a dança das flores ao vento.

Ao terminar, virou-se para o príncipe e fez uma reverência. Ele então, pediu-lhe que viesse mais perto e perguntou-lhe: ‘Linda mulher, filha da graça e do encantamento, de onde vem tua arte e como é que comandas todos os elementos em seus ritmos e versos?’

A dançarina aproximou-se e, curvando-se diante do príncipe, disse: ‘Majestade, respostas eu não tenho às vossas perguntas. Somente isso eu sei: a alma do filósofo vive em sua cabeça, a alma do poeta vive em seu coração, a alma do cantor vive em sua garganta, mas a alma da dançarina habita em todo o seu corpo.’”

Extraído do livro “O Viajante” de Khalil Gibran

Reajuste para os estagiários do Tribunal

Com o objetivo de evitar uma defasagem no valor da bolsa-estágio paga a todos os estagiários da 1ª Região, a Secretaria de Orçamento (Secor) propôs ao Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, um reajuste do valor atualmente pago.

A proposta orçamentária do Tribunal (está incluso o reajuste dos estagiários) já foi enca-

minhada ao Congresso Nacional no dia 31 de agosto – prazo constitucional –, e a previsão é de aprovação do orçamento no final do ano.

Caso seja aprovado o orçamento do TRF da Primeira Região, a partir de janeiro o Presidente Aloísio Palmeira poderá fixar, por meio de portaria, o valor do reajuste da bolsa-estágio.



Súmula vinculante: um estudo sobre o poder normativo dos tribunais

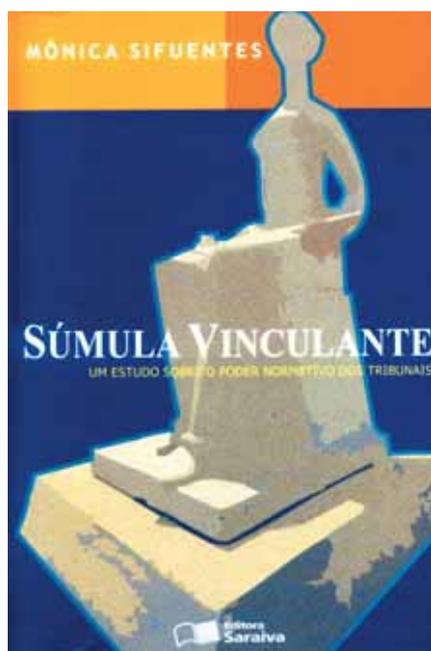
O lançamento do livro “Súmula Vinculante: um Estudo sobre o Poder Normativo dos Tribunais”, aconteceu no dia 06 de outubro, no *hall* do Plenário do TRF de Brasília. Estiveram presentes ao evento desembargadores e juízes federais, ministros do STJ e do STF, advogados, representantes do Banco do Brasil e servidores. Segundo a autora da obra, Juíza Federal Mônica Sifuentes, muitas das críticas dirigidas à súmula vinculante são mitos criados em torno do tema. A magistrada acredita que o respeito à súmula faz parte da tradição do Direito Brasileiro. “Na minha experiência como membro da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência do STJ, pude constatar poucos casos de desrespeito à súmula deste Tribunal, e mesmo sem ser ela vinculante”, explicou a Juíza. Para a magistrada,

a súmula é um poderoso instrumento, principalmente na Justiça Federal – onde existem várias causas repetitivas –, para agilizar o andamento dos processos, possibilitando, assim, maior benefício ao cidadão. O Presidente do TRF, Aloísio Palmeira, avaliou a importância do tema tratado na obra:

“A Súmula Vinculante traduz o poder normativo dos tribunais, que deverá ser aplicado naquelas questões repetitivas, no sentido de dar maior celeridade aos julgamentos”, afirmou o presidente.



Presidente Aloísio Palmeira, a servidora Ana Cláudia, Diretora da Divisão de Biblioteca (Dibib), e a Juíza Federal Mônica Sifuentes



LIVRO – O tema é uma questão de Direito que tem prestado a discussões polêmicas e remetido a sociedade ao não menos atual e polêmico assunto da Reforma do Judiciário. A autora, Juíza Federal Mônica Sifuentes, ao apresentar uma retrospectiva histórico-social das instituições jurídicas que são fundamentais nos sistemas do *common law* e *civil law*, busca compreender a origem das mudanças conducentes ao estado democrático e social de direito, que rege a nossa época. Em sua contínua empreitada acadêmica, a Juíza Federal, demonstra, por meio de estudo comparativo entre o judiciário de Portugal e do Brasil, a similaridade de nosso sistema ao luso e o conseqüente alinhamento do Brasil às manifestações progressivas da uniformização da jurisprudência.

Por fim, a autora examina aspectos essenciais da súmula vinculante e apresenta as principais críticas que têm sido dirigidas à aprovação do dispositivo. A Juíza, além de ter escrito inúmeros artigos científicos de diversos temas relacionados ao Direito, é autora de “O Acesso ao Ensino Fundamental no Brasil – um Direito ao Desenvolvimento”.



Subseção Judiciária de Campo Formoso: a Justiça Federal no interior da Bahia

A Justiça Federal já está ao alcance da população de mais 36 cidades brasileiras. No dia 30 de setembro, o Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, instalou mais uma subseção judiciária, desta vez em Campo Formoso, município baiano localizado a cerca de 400 km de Salvador. A expectativa é prestar jurisdição a mais de 800 mil pessoas distribuídas pelos municípios circunvizinhos.

A Subseção Judiciária de Campo Formoso terá competência geral, atuando nas áreas cível e criminal, nas causas que envolvam a União, autarquias, empresas e fundações públicas. Funcionará, ainda, como Juizado Especial Federal para

atendimento às causas de valores não-superiores a 60 salários-mínimos. A vara inicia suas atividades com 23 servidores sob a coordenação do Juiz Federal Carlos Alberto Gomes da Silva.

A solenidade aconteceu no prédio do novo órgão e reuniu autoridades das três esferas do poder, entre as quais a Diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia, Mônica Neves Aguiar da Silva, o Coordenador da nova subseção, Carlos Alberto Gomes da Silva, o Deputado Federal José Carlos Aleluia, o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Luiz Fernando de Souza Ramos, a Prefeita municipal, Iracy Andrade de Araújo, entre outras autoridades locais. Participaram da

solenidade, ainda, os Desembargadores Federais Antônio Ezequiel da Silva e Neuza Maria Alves da Silva, e os juízes federais da Seção Judiciária da Bahia, Carlos D'Avila Teixeira, José Henrique Guaracy, Carlos Eduardo Castro Martins, Dimis da Costa Braga e Cristiano Miranda de Santana.

O Presidente Aloísio Palmeira falou de sua satisfação em instalar mais uma vara federal no Estado da Bahia. Ele falou das expectativas em relação à futura chegada dos Juizados Especiais Federais na região. "Estima-se que cerca de 80 mil pessoas sejam potenciais beneficiários da Previdência Social". Segundo ele, com a vinda dos JEFs, "os reflexos econômicos serão



Colegas, professores e alunos do Colégio Presbiteriano Augusto Galvão prestam homenagem ao Presidente Aloísio Palmeira



Homenagem do grupo de Ternos e Reisados Anajô, de Pindobaçu/BA, ao Presidente Aloísio Palmeira

Autoridades presentes à solenidade



imediatos nos 36 municípios jurisdicionados, mormente nas pequenas comunidades locais e na elevação do nível de renda da população em caráter permanente, e não assistencial”, declarou.

O Presidente Aloísio Palmeira instalou, ainda, um posto da Caixa Econômica Federal que irá prestar serviços na sede da nova subseção. A sede da Subseção foi abençoada pelo Frei Hamilton dos Santos.

Homenagens

Um dia movimentado marcou a agenda do Presidente Aloísio Palmeira Lima em Campo Formoso. Pela manhã, ele foi homenageado pelo Colégio Presbiteriano Augusto Galvão, onde cursou o ginásial e foi aluno laureado, além de presidente do Grêmio Estudantil. Recebido pelos colegas de turma, professores, amigos, alunos e membros da comunidade, lembrou emocionado que no colégio recebeu as bases para o desenvolvimento de sua carreira ju-

rídica. Relembrou mestres e incentivou os estudantes a buscarem na fonte do saber e das propostas pedagógicas o engrandecimento pessoal e profissional. Ao final da homenagem, uma foto do Presidente foi aposta na galeria de honra do Colégio.

À noite, outra homenagem, desta vez oferecida pela prefeitura de Campo Formoso em parceria com a CEF, que ofereceram um jantar ao Presidente, abrilhantado pela apresentação do grupo de Ternos e Reisados Anajô, de Pindobaçu/BA.



Subseção de Campo Formoso/BA

O início da interiorização conforme a Lei 10.772/2003

A interiorização da Justiça Federal da Primeira Região teve início com a inauguração da Subseção Judiciária de Passos, em Minas Gerais, no dia 15 de abril, em solenidade realizada no edifício-sede da nova vara federal.

Presidida pelo então Diretor do Foro da Seccional de Minas Gerais, o Juiz Federal Renato Martins Prates, a cerimônia de inauguração reuniu magistrados e servidores,

além das mais representativas autoridades municipais. O ex-diretor do Foro concedeu, na ocasião, a Medalha “Justiça Século XXI” ao Juiz Federal André Prado de Vasconcelos, à época Coordenador da Subseção de Passos, ao prefeito da cidade Ataíde Vilela; ao ex-prefeito José Hernani Silveira; ao diretor do Foro da Comarca de Passos, Juiz de Direito Carlos Frederico Braga da Silva, e ao presidente da OAB/Passos, Walter Melo

Vasconcelos Bárbara.

A vara federal iniciou os trabalhos com 4.800 processos sob sua responsabilidade, dos quais 1.000 advindos da Subseção Judiciária de Uberaba, e 3.800, da comarca da justiça estadual.

O Juiz Federal Substituto Giovanni Morgan responde, atualmente, pela vara e pela coordenação da Subseção Judiciária de Passos,

desde junho deste ano.

O Presidente esteve em Passos para receber o imóvel sede da Vara Federal

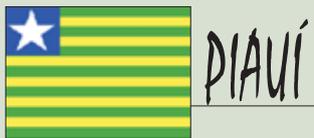
O Processo de instalação da Subseção Judiciária teve início no mês de dezembro do ano passado, quando ocorreu, no Plenário da Câmara Municipal da cidade mineira, a solenidade de entrega do prédio que hoje a abriga. Na ocasião foram assinados os termos de cessão do edifício, do mobiliário, dos equipamentos e dos servidores que receberam treinamento da Justiça Federal de Minas Gerais para atuar na nova vara.

Durante a solenidade, o Presidente Aloísio Palmeira e o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Minas, à época, Renato Martins Prates, representado pelo Juiz Federal André Prado de Vasconcelos, foram homenageados pela comunidade de Passos, recebendo das mãos do prefeito, José Hernani Silveira, placa em reconhecimento ao esforço e à sensibilidade aos anseios de levar a Justiça Federal ao município.

Participaram da solenidade magistrados, representantes do Ministério Público, advogados e autoridades dos três poderes locais.



O Presidente Aloísio Palmeira Lima recebe a homenagem das mãos do então Prefeito de Passos/MG, José Hernani da Silveira



Justiça Federal do Piauí condena empresários

O Juiz Federal da 3ª Vara Federal do Piauí, Rui Costa Gonçalves, condenou a seis anos de prisão em regime semi-aberto e 206 dias-multa, José Carlos Bezerra de Sá, o Mazuca, influente empresário.

A ação foi movida pela Companhia de Desenvolvimento do Piauí (Compedi) para apurar irregularidades na execução de pavimentação poliédrica no município de Parnaíba/PI, à época orçada em três milhões de reais. A empresa Queiroz Construções, apesar de não ter cumprido os requisitos legais do processo licitatório, como a comprovação de capital social igual ou superior a 375 mil reais, foi vencedora. Além do empresário, foi condenada a proprietária da Construtora Queiroz Construções, Alziméia Queiroz, a quatro anos de reclusão e pagamento de 120 dias-multa de meio salário-mínimo.

A pena de reclusão foi substituída por prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas e pagamento de 40 dias-multa. Também foi condenado na mesma ação o construtor Vilmar Guedes Camelo, representante da Construtora Sazão, a reclusão de três anos e seis meses em regime semi-aberto, pena que foi substituída por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e a pagamento de 40 dias-multa.

Juiz determina desbloqueio de objetos postais

O Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal do Piauí, Clodomir Sebastião Reis, concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pela Assessoria Jurídica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), determinando o desbloqueio da entrada e saída de objetos postais e encomendas do Centro de Triagem daquela empresa, localizado no Bairro Monte Castelo. A determinação judicial foi atendida prontamente. Cerca de 80% dos funcionários dos Correios estão em greve desde o dia 13 de setembro, reivindicando reposição salarial de 47%, mais correção da inflação pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de 6,55%.

O pedido visou diminuir os transtornos na paralisação, na medida em que a Empresa acusa encontrar em suas dependências toneladas de cartas, impressos, contas de água, luz, telefone, além de objetos postais retidos em seus depósitos.

Estudantes universitários carentes do Piauí dispensados de apresentar fiadores

Milhares de estudantes carentes de todo o Estado do Pará beneficiados pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) não precisam mais apresentar fiadores nos contratos atuais e futuros. A exigência vinha sendo feita, até agora, pela Caixa Econômica Federal. A decisão foi proferida pelo Juiz Federal José Airton de Aguiar Portela, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Pará, ao conceder liminar em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal contra a Caixa e a União. O magistrado também determinou que o prazo para a renovação dos contratos do Fies seja prorrogado por mais trinta dias. O Juiz classificou de “absurda” a exigência de fiador nos contratos novos ou nos que forem renovados, relativos ao Fies, destacando que, se para as classes com melhor condição financeira a obtenção de um fiador já é difícil, essa dificuldade é muito maior para estudantes que dispõem de poucos recursos para financiar seu ensino superior.



A Explanada dos Ministérios é do povo

A 4ª Vara Federal do DF julgou improcedente o pedido do Ministério Público no sentido de condenar o DF na obrigação de não conceder autorização para a realização de qualquer evento na área da Esplanada dos Ministérios. O pedido do Ministério Público havia-se respaldado no fato de a referida área ser tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não podendo ficar exposta a eventos que poderiam causar danos.

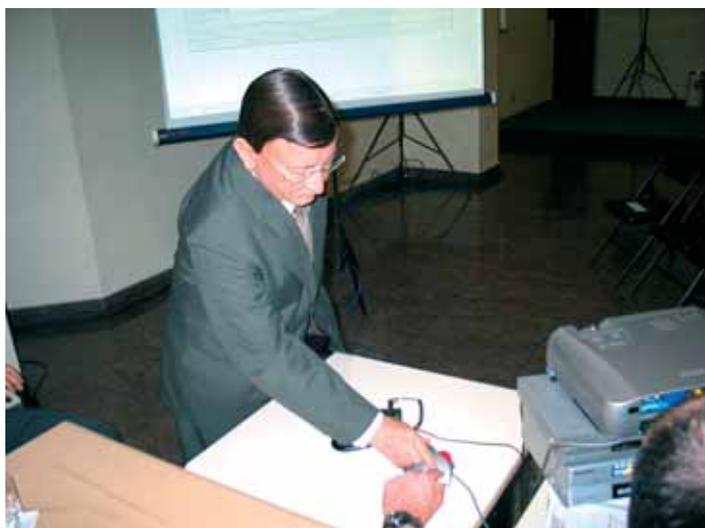
Ao sentenciar, o magistrado da 4ª Vara afirmou não ter sido demonstrado qualquer dano, atual ou iminente, ao patrimônio histórico, artístico ou cultural nacional. Além disso, segundo o magistrado, o pedido representa um desrespeito à autonomia administrativa e legislativa do Distrito Federal. De acordo com suas palavras: “Se na primeira Capital do Brasil ‘a Praça Castro Alves é do povo, como o céu é do avião’, em Brasília, a praça, a Esplanada, o céu e o avião, são do povo.”

Operação Gabiru

Indeferido pedido de investigado pela polícia federal na operação denominada Gabiru para que o termo seja excluído de qualquer *site* oficial e dos autos de qualquer procedimento administrativo. Alegou a parte que o termo é pejorativo – “gabiru” representa um animal que vive no esgoto, uma ratazana de grande porte.

Segundo o juiz federal da 4ª Vara do DF, Itagiba Catta Preta Neto, o termo não se refere à pessoa do investigado, mas, sim, à operação como um todo, não havendo, portanto, relevância nos fundamentos apresentados.

JEF virtual em MG: novidade irá facilitar a vida de quem procura a Justiça Federal



Presidente Aloísio Palmeira realiza a primeira distribuição virtual em MG



Autoridades durante a solenidade de instalação do JEF virtual da seccional mineira.

Aliar as vantagens da tecnologia aos trabalhos dos Juizados Especiais Federais é o que tem feito o Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao instalar os Juizados Virtuais – uma inovação tecnológica pioneira que está revolucionando o trabalho dos JEFs. Além de facilitar o acesso aos serviços prestados pela Justiça Federal, o resultado dessa investida é uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz, já que toda a movimentação processual é feita eletronicamente.

A Seção Judiciária de Minas Gerais foi a mais nova seccional a contar com a virtualização em seus juizados federais. No dia 12 de setembro, o Presidente do Tribunal Regional Federal, Aloísio Palmeira Lima, instalou, em Belo Horizonte, o sistema virtual nos JEFs de Minas Gerais, ao lado do Coordenador-Geral dos JEFs, Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, do representante do Governo do Estado de MG, Advogado-Geral da União, José Bonifácio Andrade, do Diretor do Foro, Ricardo Machado Rabelo, da Coordenadora dos JEFs de Minas Gerais, Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca, e da Coordenadora das Turmas Recursais no Estado de MG, Sônia Diniz Viana. A solenidade contou, ainda, com a presença do Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira,

dos juízes federais da SJMG, entre outras autoridades civis e militares.

Para o Presidente Aloísio Palmeira, a instalação do Juizado Virtual em Minas representa o cumprimento de mais uma das metas de sua administração ao lado da interiorização da Justiça Federal. “Significa passo decisivo na reforma do Judiciário”. Segundo ele, a Justiça virtual não é só a adoção da moderna tecnologia da informação. Ela vem atender, neste momento histórico, a explosão

da demanda que atinge três milhões de processos em todo o País, em pouco mais de três anos de funcionamento dos JEFs. “É o contraposto da irritante morosidade da justiça quando apegada ao sistema processual anacrônico e excessivamente formalista”, afirmou.

O Presidente Aloísio Palmeira destacou, ainda, os desafios da interiorização da Justiça Federal, cujo objetivo é descentralizar os serviços e aproximá-los dos cidadãos mais desfavorecidos. “Isso significa a busca do pluralismo social para conseguir a realização mais adequada do bem comum e da própria democracia fundada nos princípios da solidariedade e da justiça”.

Atualmente, só nos juizados federais de Minas, tramitam cerca de 300 mil processos, distribuídos em quatro varas federais. A virtualização chega como alternativa para dar maior celeridade ao trâmite processual, uma vez que acaba com a movimentação física dos processos, eliminando rotinas e, conseqüentemente, diminuindo a burocracia. Em outubro deste ano, o Estado de Goiás une-se ao DF e aos outros 12 estados da Primeira Região, entrando para o rol dos que possuem os JEFs virtuais, quando passará a fazer uso da nova tecnologia.

Veja como funcionam os juizados federais virtuais:

Com os JEFs virtuais, toda a movimentação processual é feita pelo computador. A petição inicial e os documentos apresentados pela parte são escaneados e gravados num banco de dados. Esses dados são cadastrados, autuados e distribuídos automaticamente pelo computador, que já busca uma data para a audiência. A citação é feita por *e-mail*; e as contestações, pelo sistema de transmissão eletrônica na página do Tribunal. Para os documentos que exigem assinatura, é feita uma captura eletrônica protegida por senha criptografada. Tudo muito simples, rápido e seguro, conquanto o sistema virtual ainda deva passar por ajustes, para melhor funcionamento.

Posto da Seccional do DF é inaugurado em Taguatinga



Posto de atendimento judicial
“Na hora”

Diretora do Foro da SJ/DF, Maria de Fátima Pessoa Costa, o Procurador-Regional Marcelo Serra Azul, a Secretária do GDF, Cecília Landim, e o Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes

O acesso da população de Taguatinga e das cidades vizinhas a serviços prestados pela Justiça Federal ampliou-se no dia 13 de setembro de 2005, com a inauguração do posto avançado de atendimento judicial da Seção Judiciária do Distrito Federal no serviço de atendimento imediato ao cidadão, “Na hora”, do Governo do Distrito Federal. O posto, que fica no 3º piso do shopping Top Mall, é resultado de parceria entre a Seccional do DF e a Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do governo. “Foi uma cooperação com o GDF. Como já existiam as instalações para o atendimento à população, a Justiça Federal verificou a possibilidade de utilizar as mesmas instalações para oferecer aos cidadãos de Taguatinga e das cidades próximas essa

oportunidade de aproximação com a Justiça Federal e facilitação do acesso aos seus serviços”, afirmou a Juíza Federal Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, Diretora do Foro da Seção Judiciária do DF.

O posto oferece aos cidadãos os serviços de expedição de certidão negativa, consulta à movimentação processual, recebimento de processos e de petições iniciais e incidentais (quando o processo já existe) e, também, atermiação referente a assuntos previdenciários de pequenas causas de competência dos Juizados Especiais Federais. Segundo o Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, que representou o Presidente do TRF-1ª Região, Aloísio Palmeira, na solenidade de inauguração, a atitude da Justiça Federal representa mais

um passo para a democratização da Justiça no Brasil. “A seccional do DF, ao fazer parte desse projeto, abre as portas da Justiça para o cidadão”, completou.

O projeto “Na hora” reúne representações de várias instituições públicas, como INSS, Procon e Detran, voltadas à prestação de serviço para a comunidade, e possui três unidades além da situada em Taguatinga: uma rural, uma itinerante e outra na rodoviária do Plano Piloto, local onde a SJDF oferece o serviço de expedição de certidão negativa desde 2004. De acordo com a secretária de Gestão Administrativa e uma das idealizadoras do projeto, Cecilia Landim, existe a previsão de o posto ser estruturado para a realização de audiências dos Juizados Especiais Federais.

Coração partido – por que a separação é tão difícil?

Por telefone recebi a notícia: “Bianca se separou”. Na mesma semana, uma outra amiga, sentada diante de mim, disse: “Me saparei”. Os tempos verbais indicavam claramente – as ações ocorreram no passado, estavam concluídas.

Em casos de separação, entretanto, atrevo-me a dizer, quase nunca é assim. É difícil saber quando começa a ruptura amorosa e, mais ainda, quando é que ela termina.

Meu coração ficou apertado. Duas histórias de amor chegando ao fim... Imaginei o sofrimento de todos envolvidos e pensei, será que tem mesmo que ser sempre assim?

Separações e divórcios nunca foram tão numerosos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para um aumento de 30,7% nas separações no País. O incremento foi superior nos divórcios, com 59,6%.

Embora separações e divórcios sejam frequentes, as estatísticas em nada aplacam o sofrimento que se abate sobre nós quando acontece em nossa casa ou com alguém próximo a nós. Ninguém sabe direito como enfrentar a dor, muitas vezes acompanhada por decepção, disputas, traição, agressividade, abandono.

Em algumas culturas, a idéia de que um elo possa ser rompido não é percebida de forma tão trágica e, muitas vezes, solitária como na nossa. Entre os tuaregues, um povo nômade do deserto africano, as separações são oficializadas por meio de uma festa.

Pensei logo: “Ah, essa festa deve ser uma forma de fugir da tristeza provocada pelo abandono!” Nossa cultura valoriza o ‘até que a morte nos separe’, o amor que deve durar toda uma vida. Para nós, é difícil compreender uma sociedade baseada no amor não durável.

Antropólogos afirmam que as festas dos tuaregues são possíveis porque todo o grupo compartilha a idéia de que as relações entre os casais são, por vezes, efêmeras. As metamorfoses da vida são percebidas por eles com naturalidade, são passagens. A separação é uma passagem, como o nascimento,

a iniciação feminina ou masculina na idade adulta, ou o casamento. O sentido atribuído ao provisório é o de inerente à vida, não tem a força pejorativa de instável, inseguro.

O antropólogo italiano Franco La Cecla, professor da Universidade de Veneza, escreveu um ensaio: *Je Te Quitte, Moi Non Plus* ou *l’Art de la Rupture Amoureuse* (Eu te deixo. Mas nem tanto. Ou A Arte da Ruptura Amorosa). La Cecla classificou as separações que ocorrem em sociedades como as nossas em quatro categorias: *Eu Te Deixo, Você Me Deixa, Você Faz Tudo Para Que Eu Te Deixe e Nós Nos Deixamos*. Os dois primeiros casos supõem uma ação direta, pontual, mas não eximem os parceiros ‘agentes’ de serem percebidos como cruéis. No terceiro caso há um processo, que envolve uma suspeita, uma constatação e uma reação, por fim, os dois desempenham o papel de ‘alguém que maltrata’. Já o quarto caso, *Nós Nos Deixamos*, grande parte das vezes, leva as pessoas a pensarem que afinal de contas não se tratava de uma profunda história de amor. Todas as opções envolvem algum grau de sofrimento. Embora La Cecla faça esta categorização, ele afirma: “Não há regras para viver ou amor ou a ruptura. O fim de um amor é também parte da história amorosa”.

O momento da ruptura parece ser o momento avesso da paixão. Na base da idéia de viver a ruptura amorosa de maneira dolorosa, às vezes trágica, talvez exista a tentativa de recuperar a intensidade do momento do encontro inicial, da paixão, mesmo que de forma inversa.

Na maioria das vezes o mais difícil para quem se separa é saber o que fazer com a lembrança da felicidade que se sabe não ser mais possível – não com aquela pessoa, não daquele jeito, não como planejado. Em nossa sociedade, o mais comum é acreditar que a única forma de recuperá-la é lembrá-la com sofrimento, tristeza ou a saudade. Na hora da separação o amor é associado a fracasso, a morte.

O tempo da separação é uma estação, um período necessário para que as pessoas

reflitam sobre o relacionamento, descubram um sentido, um propósito, para a ruptura. Este período de ruptura possivelmente durará o suficiente para que elas compreendam que viver o fim de um amor por vezes é parte da vida.

Por mais que desejemos que as pessoas das quais gostamos não sofram, que saiam logo dessa estação, não adianta apressar o rio, ele tem seu próprio curso.

Minhas amigas estão se separando. Mesmo que a separação física já tenha acontecido ou esteja decidida, o processo da ruptura emocional pode estar apenas em uma etapa inicial.

Muitas vezes, quando alguém está sofrendo nos sentimos incomodados, impotentes. Rubem Alves – psicanalista, filósofo e poeta – escreveu: “Sabedoria é saber sofrer pelas razões certas. Sofrer pelas razões certas significa que estamos em contato com a realidade, que o corpo e a alma sentem as tristezas das perdas e que existe em nós o poder do amor”.

Segundo Rubem Alves, só não sofrem, quando para isso existem razões, aqueles que perderam a capacidade de amar. É o sofrimento que nos faz pensar. Pensamos para encontrar um jeito de fazer o sofrimento parar ou para dar um sentido ao sofrimento quando ele não pode ser evitado.

Em alguns momentos, este pensar precisa ser um ato solitário, em outros não. Ter alguém que nos escuta e nos acompanha nesta estação pode ser muito bom. De modo que sempre podemos deixar claro aos nossos amigos que sofrem, o quanto estamos dispostos a estar com eles, seja inverno ou verão. Sim, porque “É claro que o sol vai voltar amanhã”. Quando a gente esquece, poetas como Renato Russo usam sua arte para nos fazer recordar que haverá uma nova estação, repleta de possibilidades de vida, de amor.

Daniella Meira Lima – psicóloga do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
E-mail: daniella.lima@trf1.gov.br

TRF investe em novas instalações



*Auditório do edifício
Cabo Frio*

Em março deste ano foi iniciada a transferência de todas as unidades administrativas do Conselho da Justiça Federal para a sede do Superior Tribunal de Justiça e, aos poucos, consolidou-se a desocupação do edifício Cabo Frio, localizado na quadra 510, na Asa Norte, em Brasília. (Decreto nº 99.470, de 23 de agosto de 1990 e Portaria nº 001, de 03 de janeiro de 2005, complementada pela Portaria nº 50, de 15 de julho/2005).

O Presidente Aloísio Palmeira enxergou no fato a oportunidade de utilizar as dependências da antiga sede do CJF, manifestando esse interesse não só pessoalmente, por várias vezes, ao Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, como por meio do ofício Presi/100 180/2005, de 29 de abril/2005, com o objetivo de solucionar o problema da falta de espaço e de instalações para atender à crescente demanda de serviços do Tribunal e, ainda, acomodar em 24 novos gabinetes o possível aumento do número de desembargadores federais da Casa, de 27 para 51, como consta no anteprojeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

O pleito foi levado ao Colegiado do

Conselho da Justiça Federal, em sessão realizada em 5 de agosto, na cidade de Florianópolis, e aprovado por unanimidade pelos integrantes do órgão. A aprovação saiu do papel e concretizou-se no dia 22 de agosto, durante solenidade realizada no gabinete da presidência do Superior Tribunal de Justiça, ocasião em que o Presidente Aloísio Palmeira assinou o Termo de Autorização de Uso e recebeu das mãos do Presidente daquela Corte, Ministro Edson Vidigal, as chaves do Edifício Cabo Frio. A solenidade contou com a presença dos Desembargadores Federais Carlos Mathias e Ítalo Mendes, do Secretário-Geral Paulo Cardoso, do Diretor-Geral em exercício, à época, Carlos Frederico Maia Bezerra, e do Assessor Especial da Presidência, Sérgio Fidélis.

No dia 30 de agosto, visando a dar celeridade ao processo de ocupação, o Presidente Aloísio visitou as dependências e instalações do imóvel acompanhado de comitiva de desembargadores e juizes federais, dirigentes e servidores da Casa. A visita, segundo o Diretor-Geral Washington Ribeiro, resultou em ótima impressão: o imóvel está bem estruturado,

possui aproximadamente 7.000m² de área útil, distribuídos em seis andares e dois subsolos.

Para realizar estudos de um novo leiaute e propor a ocupação do prédio, o Presidente Aloísio designou, por meio da portaria Presi nº 600-399, de 09 de agosto/2005, uma comissão formada por servidores dirigentes da Casa. A comissão, presidida pela Diretora da Secretaria de Administração, Maria Cristina Turnes, concluiu os estudos e propôs a transferência para a antiga sede do CJF de todas as unidades administrativas do Edifício Adriana, que poderá ser destinado aos serviços prestados pelos Juizados Especiais Federais.

Foi proposto que do edifício Dona Marta fossem deslocados os setores administrativos do Pro-Social, permanecendo apenas as unidades de atendimento. Do edifício Anexo I seria transferida parte da Secretaria de Informática (Secin), possivelmente a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (Cojef), com a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e a Coordenadoria de Execução Judicial (Corej). A proposta prevê, ainda,

que, com o remanejamento das unidades do edifício Anexo I atualmente ocupantes do 6º, 7º, 8º e do 9º andar, e das unidades do Edifício-Sede, será possível implantar 24 novos gabinetes, 12 em cada prédio.

O estudo seguiu para análise de comissão de desembargadores federais, designada pela portaria Presi/600-480, de 1º de setembro/2005. A comissão de magistrados é presidida pelo Desembargador Federal I'talo Mendes, Coordenador dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região, e integrada pelos Desembargadores Federais Antônio Sávio e Maria do Carmo Cardoso.

Estão em processo de licitação a investigação do sistema de informática por fibra ótica, estruturação lógica do Edifício Cabo Frio, telefonia, entre outros. O inves-

timento prevê um impacto orçamentário na ordem de 700 mil reais para o exercício de 2005. Um repasse financeiro do CJF equivalente a 500 mil reais garantirá, até o final do exercício, a manutenção e conservação do edifício.

Sem data prevista para acontecer, servidores, prestadores de serviços e estagiários do Tribunal aguardam com grande expectativa o início das mudanças, mas a placa do TRF-1ª Região na fachada principal da antiga sede do CJF anuncia que, em breve, mais um significativo avanço na prestação de serviços à comunidade será concretizado.

Convênio com o TSE: A necessidade de criar espaços, com vistas à ampliação do quadro de desembargadores, tem merecido o empenho do Presidente Aloísio

Palmeira em alugar, de forma confortável, os diversos órgãos do TRF, enquanto não se concretiza a construção da futura Sede do Tribunal. Em agosto, esta Corte firmou convênio com o Tribunal Superior Eleitoral para mútua cessão de imóveis de uso especial da União. O acordo prevê que o lote 2, quadra 7 – localizado no SAF/SUL –, pertencente ao TRF, seja destinado ao TSE para a construção de nova sede daquele Tribunal Superior. Em contrapartida, o TRF receberá os prédios atualmente ocupados por aquele Tribunal. A construção de uma nova sede para o TRF-1ª Região faz parte do planejamento da Administração, em médio prazo. Por enquanto estão sendo realizados estudos para que o sonho se torne realidade em futuro breve.



Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, Presidente do STJ e do CJF, Ministro Edson Vidigal, e Presidente Aloísio Palmeira durante a solenidade de entrega das chaves do imóvel

Membros da Comissão de Desembargadores Federais

Carlos Fernando Mathias – Presidente
Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Maria do Carmo Cardoso

Membros da Comissão de Servidores

Presidente: Maria Cristina Turnes, Diretora da Secretaria de Administração
Membros: Alex Amorim, Diretor da Secretaria de Recursos Humanos
Carlos Frederico, Diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária
Joaquim Felipe Barbosa de Alencastro, Diretor da Secretaria Judiciária
Marcos Barbosa Andrade, Diretor da Secretaria de Informática
Pedro Maximiliano Pereira, Diretor da Secretaria de Controle Interno
José Maria de Andrade, Chefe da Assessoria do Desembargador Federal Carlos Olavo



Sala de reuniões do Prédio a ser ocupado pelo TRF-1ª Região



Conselho da Justiça Federal reúne-se novamente

O Presidente Aloísio Palmeira Lima participou da sessão ordinária do Conselho da Justiça Federal (CJF) no Plenário do TRF da 2ª Região, no Rio de Janeiro/RJ, no último dia 26, com os demais membros que o compõem, sob a presidência do Ministro Edson Vidigal, Presidente do CJF e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Entre os processos apreciados, o colegiado aprovou a proposta de anteprojeto

de lei que dispõe sobre a instituição do regime de previdência complementar para magistrados e titulares de cargos efetivos do CJF, STJ, TRFs e das seções judiciárias; além da resolução que altera a composição do comitê gestor e da comissão técnica da autoridade certificadora da justiça AC-Jus, que abrangia o CJF, o STJ e os cinco TRFs, passando a ter a adesão dos demais tribunais superiores: STF, TSE, TST e STM.

Justiça Federal (Tump) e dá outras providências;

✓ alteração do valor da proposta orçamentária para o exercício de 2006;

✓ segunda revisão do plano plurianual 2004-2007, com a inclusão dos exercícios de 2008 e 2009;

Foram referendadas as seguintes resoluções:

✓ nº 458, de 3 de agosto, nº 463, de 23 de agosto, e nº 466, de 15 de setembro, todas de 2005, que tratam da abertura de crédito suplementar ao orçamento da reunião em favor da Justiça Federal;

✓ nº 460, de 10 de agosto, e nº 464, de 29 de agosto, ambas de 2005, que alteram o cronograma anual de desembolso mensal da Justiça Federal, constantes nas resoluções nº 414 e 452.

A Presidenta do TRF da 3ª Região, Diva Malerbi, pediu vista do processo sobre a alteração do subsídio mensal dos magistrados federais.

Também participaram da reunião os ministros do STJ José Arnaldo da Fonseca, Fernando Gonçalves, Aldir Passarinho Jr e Gilson Dipp, os presidentes dos outros quatro TRFs, Frederico Gueiros (2ª), Diva Malerbi (3ª), Nylson Paim (4ª) e Francisco Cavalcanti (5ª), além do presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Jorge Maurique, que tem assento permanente, e do Secretário-Geral do CJF, Ney Natal. Como convidados do Presidente do CJF, estiveram na reunião o Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República, Celso de Albuquerque e Silva, o Secretário da Reforma do Judiciário, Pier Paolo Tottini, e o representante da OAB, Celso Augusto Fontenelle.

O CJF tem a missão de realizar a supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal, promovendo-lhes a integração. O Colegiado decide sobre as propostas orçamentárias e de modernização dos órgãos jurisdicionais, além de liberar limites financeiros para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.



Colegiado do CJF reunido no Plenário do TRF do Rio de Janeiro



O Presidente Aloísio Palmeira Lima, Membro do CJF, durante sessão do colegiado no Rio de Janeiro/RJ

Foi alterada a resolução que regulamenta a concessão dos adicionais pelo exercício de atividades insalubres ou perigosas, pela prestação de serviço extraordinário, bem como do adicional noturno, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Também houve aprovação das seguintes propostas pelo Colegiado:

✓ aplicação do art. 19 da lei nº 11.033, que trata da uniformização de pagamento de precatórios;

✓ resolução que dispõe sobre a concessão do período de trânsito no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus;

✓ resolução que aprova a tabela única de movimentação processual da

Alunos de Direito da UniDF praticam no Tribunal o que aprendem na faculdade

Nove alunos do Centro Universitário do Distrito Federal (UniDF) que participam da VI Jornada de Sustentação Oral promovida pela universidade, estiveram na sala julgadora nº 3 do TRF-1ª para realizar exercício prático de sustentação oral na tribuna perante um tribunal simulado.

Esta é a terceira vez que o TRF recebe os alunos e professores de Direito da instituição para o evento. A Universidade já disponibilizou aos alunos simulação sobre direito trabalhista, no Superior Tribunal do Trabalho (TRT). No dia 21 de outubro, eles terão a oportunidade de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tratar de direito tributário.

Os alunos fizeram sustentação oral e foram avaliados pelos professores Asdrúbal Nascimento Lima Júnior, Artur Alexandre Negócio Oliveira, Ewangivaldo Teles Aguiar, Lorena Jalles Gualberto e Silva, Thiago Piloni e Silva e Layla Ribeiro Amorim. Na ocasião, foi simulado um pedido de revisão criminal por erro judiciário.

Após as apresentações, a instituição organizadora do evento aproveitou a oportunidade para realizar a entrega dos prêmios aos vencedores da última edição da jornada, ocorrida no semestre passado. Foram eles: José Carlos Carizzi (1º lugar), Stevão Gandh Costa (2º lugar) e Marcos Vinícius Ferrari (3º lugar).

O Presidente prestigiou a solenidade e, cumprimentando a instituição de ensino, finalizou o evento. “Parabenizo a UniDF pela realização desses encontros no TRF-1ª Região. É uma satisfação para nós porque sabemos o quanto é decisiva a prática da sustentação oral para o advogado”. E ressaltou a importância do evento pelo fato de ter sido transmitido pela Internet, por meio do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística (Sidjor).



Alunos participam de sustentação oral sobre direito penal



O Presidente Aloísio Palmeira com o vencedor da última jornada, José Carlos Carizzi



CNJ define critérios para promoção de magistrados por merecimento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, em reunião realizada no dia 30 de agosto, que a promoção de magistrados por merecimento deverá ser definida por voto aberto, fundamentado e realizado em sessão pública, observados os critérios objetivos deliberados pela Constituição Federal (art. 93, II, c, modificado pela Emenda Constitucional 45/04).

O requerimento foi encaminhado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que pediu a auto-aplicabilidade dos incisos II, VIII, alínea "a", e X do artigo 93 da CF, bem como votação nominal, aberta e motivada para a promoção de juízes.

Na reunião, definiu-se a necessidade de edição de resolução que estabelecesse os critérios a serem adotados pelos tribunais para a promoção. No dia 13 de setembro, o conselho aprovou a resolução nº 6, que dispõe sobre a avaliação do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau.

A norma estipulou, entre outras regras, o prazo de 120 dias para que os tribunais editem atos administrativos a fim de disciplinar a valoração objetiva de desempenho, produtividade e presteza no exercício da atividade jurisdicional para a promoção por mérito. O merecimento também será apurado com base na participação e

no aproveitamento dos magistrados em cursos de aperfeiçoamento, oficiais ou reconhecidos.

O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Judiciário, com atuação em todo o território nacional. Entre suas principais competências, estabelecidas no art. 103-B da Constituição e regulamentadas no regimento interno do conselho, está a de zelar pela autonomia do Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações.

O CNJ reúne-se quinzenalmente, na sede do órgão, que funciona no edifício Anexo II do Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

Inscrições abertas para o Concurso de Monografias

Foram abertas, no dia 12 de setembro, as inscrições para o IX Concurso Nacional de Monografias do TRF-1ª Região. Nessa edição, o concurso premiará trabalhos sobre os temas "Lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas: o papel do Poder Judiciário na repatriação de ativos" (categoria profissional) e "A repressão à lavagem de dinheiro e as garantias constitucionais: tendências atuais" (categoria universitária).

Os temas propõem o estímulo de debates jurídicos contextualizados na sociedade. "A idéia de incluir os assuntos referidos, além de refletir temas da atualidade, procurou atender solicitação do Ministério da Justiça, que, em ofício encaminhado à Presidência, solicitou a inclusão do tema 'lavagem de dinheiro' nos concursos públicos que o TRF-1ª Região realiza", afirmou o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso. Segundo ele, a escolha dos temas possibilitará maior interesse por parte daqueles que possuem formação em outras áreas além da jurídica. "A exemplo do concurso anterior, em que o primeiro colocado da categoria profissional é jornalista, o tema escolhido permitirá que todos participem do concurso, não só os profissionais do Direito", afirmou.

As inscrições estarão abertas até 16 de janeiro de 2006. O edital de abertura está disponível no site do TRF-1ª Região (www.trf1.gov.br), e a ficha de inscrição deverá conter: título do trabalho; nome completo do autor; profissão (categoria profissional) ou curso universitário; endereço; telefone de contato; e-mail.

Confira o valor da premiação!

Categoria profissional:

- a) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o 1º lugar;
- b) R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o 2º lugar;
- c) R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o 3º;

Categoria universitária:

- d) R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o 1º lugar;
- e) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o 2º;
- f) R\$ 1.000,00 (mil reais) para o 3º lugar.

*Informações extraídas do Edital de abertura.

Mulheres expositoras

Quadros da Expositora
Cristina Diniz



Obra da artista Christiane Contreiras

Responsabilidade social – A artista plástica Cristina Diniz, além de trabalhar com arte é adepta de atos solidários. Toda vez que expõe fora de São Paulo, a artista doa alguns de seus trabalhos para serem leiloados, a fim de contribuir com alguma instituição carente da cidade. E também, conforme afirmou Cristina “é uma forma de incentivar a arte e o artista”.

A instituição brasileira beneficiada será a Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista (Fale), presidida por Jussara Meguerian. A obra será leiloadada e o recurso será revertido em prol da instituição.

O espaço cultural do Tribunal recebeu cerca de 42 telas para a exposição “Feminino”, da artista plástica Christiane Contreiras. A tendência seguida pela artista utiliza traços da cultura oriental contemporânea, com leveza e pintura *clean*. O material utilizado pela expositora é areia, massa corrida e tinta-óleo.

A abertura aconteceu no dia 26 de agosto e contou com a apresentação do coral do Tribunal de Contas da União (TCU). Estiveram presentes ao evento a Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso, que na ocasião afirmou ter apreciado o trabalho realizado por Christiane e ressaltou ser o espaço cultural do Tribunal um dos melhores da região, pois é localizado de maneira a possibilitar aos transeuntes terem conhecimento das obras que o Tribunal expõe.

Os servidores do Tribunal puderam conferir também a exposição “Primavera em forma e cores”, da artista plástica mineira Cristina Diniz. Cristina pinta desde os 10 anos e tem formação nas áreas de desenho, artes plásticas e publicidade pela Escola Panamericana de Artes de São Paulo.

A fonte de inspiração da expositora é a natureza, a tendência que se vê em seus quadros é a geométrica com abstrato, o material utilizado é areia, tecidos e acrílico; e a técnica, relevo alto e baixo e colagem.

O Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso, esteve presente à abertura da exposição, que contou com cerca de 24 obras e com a colaboração do Fortaleza Buffet.



Um novo PCS para o Judiciário

Os servidores do Poder Judiciário já podem vislumbrar possibilidade real de melhorias em seus vencimentos. No dia 31 de agosto, foi protocolado na Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, que recebeu o nº 5845/05 e será analisado de acordo com o processo legislativo em regime de prioridade.

O PCS foi aprovado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no dia 24 de agosto, depois de elaborado por uma comissão interdisciplinar formada por representantes dos Tribunais Superiores, do Conselho da Justiça Federal, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, do Sindicato dos Trabalha-

dores do Poder Judiciário (Sindjus/DF) e de outras entidades ligadas aos trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público.

Segundo o Presidente do Supremo, Ministro Nelson Jobim, o novo plano traz algumas inovações substanciais, como a fusão das áreas administrativa e de serviços gerais; descrição das atribuições dos cargos integrantes da carreira judiciária; qualificação específica para o exercício de cargo comissionado de natureza gerencial; instituição do adicional de qualificação, referente às ações de treinamento, títulos, diplomas e certificados, para valorização profissional do servidor; correção de defasagem salarial, entre outros fins. De acordo com a justificativa do projeto, os

vencimentos propostos para os cargos da carreira judiciária foram calculados com base nos valores das tabelas salariais de carreiras dos poderes executivo e legislativo e do TCU.

Até o fechamento desta edição, o projeto encontrava-se na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), tendo sido designado relator o Deputado Henrique Eduardo Alves. O acompanhamento do trâmite do PL 5845/05 e dos detalhes do projeto pode ser feito por meio do endereço www.camara.gov.br, e maiores informações podem ser obtidas na página www.sindjusdf.org.br.

Fontes: www.stf.gov.br; www.camara.gov.br; www.sindjusdf.org.br.

Veja como será a tramitação do Projeto 5845/05

Depois da Comissão de Trabalho, o projeto passará pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça (CCJ), com prazo de dez sessões em cada uma (cerca de 15 dias). Em cada comissão poderão ser feitas emendas no prazo de cinco sessões (cerca de oito dias) e haverá um relator, que terá prazo de cinco sessões para emitir parecer após o encerramento do período de apresentação de emendas. Concluída a votação nas comissões (que podem propor emendas ou substitutivos – todos com prazos próprios), o PL seguirá direto para o Senado, onde terá o mesmo trâmite.

Ato de amor



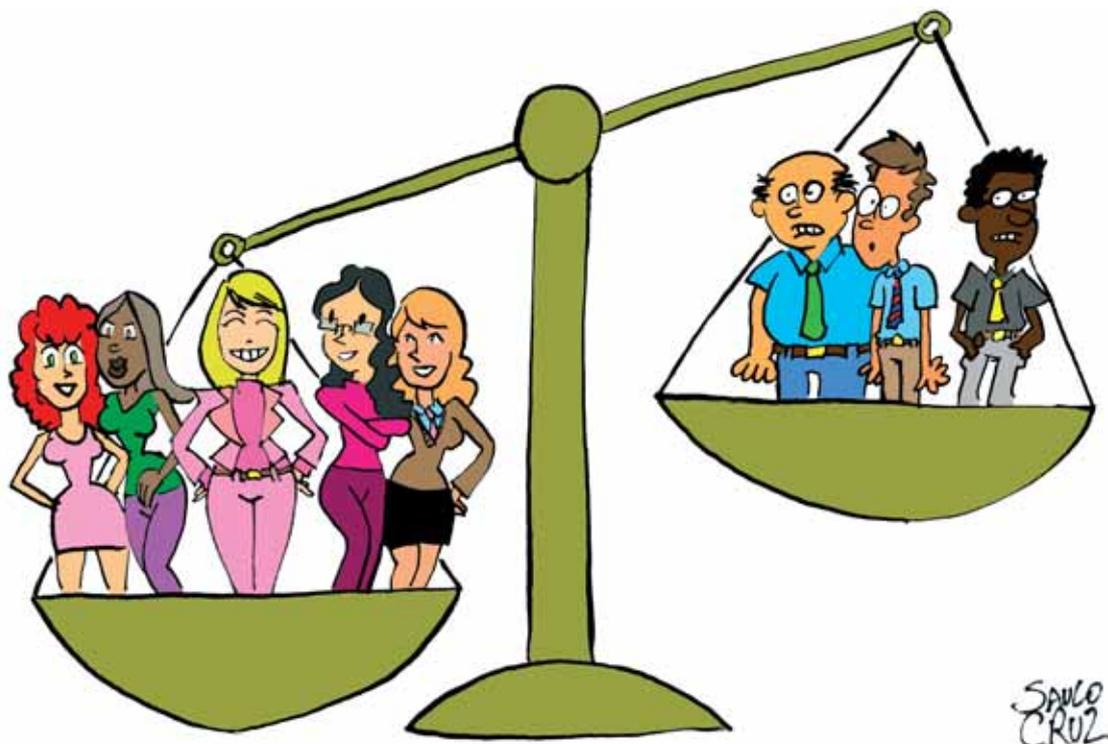
Palestrante dá instruções sobre amamentação às gestantes

No período de 25 a 31 de agosto, aconteceu a “Semana Mundial da Amamentação no Brasil”, que teve como objetivo incentivar o ato de amamentar, e transmitir, principalmente, a seguinte orientação: “Até os seis meses, seu bebê só precisa de leite materno. Depois ofereça outros alimentos e continue amamentando”.

O PGQVT, para proporcionar às futuras mães do Tribunal maior compreensão sobre o assunto, promoveu uma palestra sobre o tema, ministrada pela enfermeira Tânia Maria, do Banco de Leite do Hospital Materno-Infantil de Brasília/HMIB. A palestrante destacou para as gestantes a importância desse ato de amor, que traz benefícios para os recém-nascidos e para as mães. Participaram do encontro cerca de 12 gestantes.

Mensalmente, o Pro-Social promove encontros para as gestantes do Tribunal, podendo participar magistradas, servidoras, prestadoras de serviços, estagiárias e dependentes.

Mulheres do TRF da 1ª Região são maioria em cargos de chefia



No Tribunal Regional Federal da 1ª Região, as mulheres ocupam o maior número de cargos de chefia. Segundo dados da Divisão de Cadastro de Pessoal (Dicap), fornecidos em julho deste ano, 112 mulheres e 55 homens ocupam FC-5; enquanto que as FCs-4 são ocupadas por 203 mulheres e 153 homens. Já nos cargos em comissão, CJ-01 a CJ-04, que são de livre nomeação e podem ser ocupados por pessoas que não exercem cargo efetivo, há 91 mulheres e 80 homens.

Mas essa realidade não acontece nos outros setores do País, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados referentes ao ano de 2003 mostram que no Brasil as mulheres ocupam menos cargos de chefia, as mulheres empregadas recebem cerca de 40% a menos que os homens e, ainda, que o salário é menor mesmo em iguais condições de formação profissional.

Com a revolução industrial, as mulheres conseguiram entrar no mercado de trabalho, mas em grande desvantagem salarial em relação aos homens.

Segundo o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, o CFemea, a questão das mulheres no mercado de trabalho vai muito além da disputa entre os sexos. “Acreditamos que as questões de gênero e de raça, juntamente com a de classe, são estruturantes das desigualdades no Brasil. As relações entre mulheres e homens no mundo do trabalho também refletem essas desigualdades, que podem ser percebidas nas diferenças salariais, na pouca presença feminina nos cargos de chefia e direção, nos guetos femininos ocupacionais (por exemplo, a maciça presença das mulheres nas profissões das áreas de saúde e de educação que envolvem atributos considerados “femininos” pela nossa cultura, como o cuidado, a delicadeza, a

paciência – e que, não por coincidência, são desprestigiados do ponto de vista de carreira e salários”, afirma Natália Mori Cruz, do CFemea.

Apesar de as mulheres ocuparem menos cargos de chefia e receberem, até mesmo pelo desempenho do mesmo serviço, menos que os homens, elas têm ocupado grande parte do mercado de trabalho. O número de mulheres empregadas em 2003 cresceu quatro pontos percentuais em relação a 2002, passando de 37,6% para 41,6%. Em contrapartida, a taxa de desemprego de mulheres ficou em 12,3%, já entre os homens ficou em 7,8%.

Segundo pesquisa do IBGE de 2000, de 169,7 milhões de brasileiros, 86,2 são mulheres, o que corresponde a pouco mais da metade da população brasileira. Elas assumem 42% do mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento de aproximadamente um terço das famílias.

Tocantins

II Semana da qualidade de vida



Foto: Iracele Barros Leite

Momento de descontração no primeiro dia da oficina de oratória no auditório do Ministério Público Federal

A Diretoria do Foro e o PGQVT da Seção Judiciária do Estado do Tocantins promovem, em parceria com o Ministério Público Federal do estado, a II Semana da Qualidade de Vida, prevista para acontecer de 08 a 11 de novembro de 2005. As oficinas relativas ao evento já estão sendo realizadas desde o dia 22 de setembro. O evento é o resultado da união da Semana de Artes com a Semana de Saúde, que se vinham realizando há alguns anos.

No dia 21 de setembro ocorreram as inscrições para a II Semana de Qualidade de Vida e foram abertas inscrições para oficina de decupagem, *origami*, oratória, instrumental, canto coral, teatro, "customização", dança e pintura. Além dessas oficinas, durante a semana acontecerão palestras, realização de exames, exposição de estandes da Prefeitura Municipal de Palmas e de diversas empresas da área de saúde da Capital. Foi grande a procura pelas oficinas, que parece terem agradado a maioria. No dia 22 de setembro, às 18h, teve início a de oratória, com o músico Anderson Camacho, no auditório da Procuradoria do Estado do Tocantins.

A II Semana de Qualidade de Vida encerra-se no dia 11 de novembro, com o tradicional concurso de culinária. A Diretoria do Foro e o comitê do PGQVT/TO conta com a participação dos servidores, dependentes e estagiários, sem os quais o evento perderia sua real finalidade.



Foto: Ana Clédia Zorzal

Demonstração de Pilates fez sucesso na VII Feira de Saúde

A 7ª Feira de Saúde da Justiça Federal de Minas Gerais, organizada e promovida pela Sebes (Seção de Programas e Benefícios Sociais) começou com uma chuva de elogios de quem compareceu à abertura, no dia 30 de agosto, na sede da Justiça Federal em Belo Horizonte.

A supervisora da Sebes Andréia S. da Silveira Matos ficou satisfeita com o interesse demonstrado pelos participantes da feira. O curso de agente de saúde, por exemplo, recebeu 36 inscrições. O principal objetivo do curso é formar pessoas conscientes da importância dos cuidados com a saúde e da prevenção de doenças. A saúde é uma questão de interesse público, e não apenas pessoal como muitos acreditam.

E o mundo tem jeito?

A Feira de Saúde deste ano, realizada entre 30 de agosto e 2 de setembro, buscou orientar-se pela campanha criada pela ONU, que acredita em oito maneiras de mudar o mundo. Andréia pesquisou na Internet e encontrou no site www.nospodemos.org.br a inspiração para o lema do evento: "O mundo tem jeito?" Para o Juiz Federal e Diretor do Foro, Ricardo Machado Rabelo, um militante do otimismo e do entusiasmo, não só podemos, mas devemos mudar o mundo: "Melhorar o mundo e as relações humanas, contribuir cada qual com sua parte e de seu jeito para o aprimoramento da espécie humana é uma missão, um dever de todos", enfatizou.

Amazonas

Seção Judiciária do Amazonas realiza 1º Pregão Eletrônico

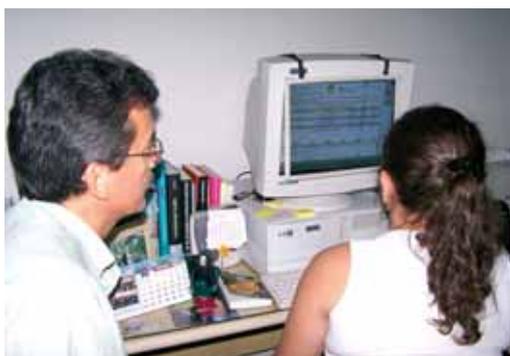


Foto: Andréia Rocha

Servidores da Seccional durante o pregão eletrônico

Foi realizado, no dia 13 de setembro de 2005, às 14h, horário de Brasília/DF, o 1º Pregão Eletrônico da Seção Judiciária do Amazonas. A novidade visa agilizar o processo de aquisição de bens para a Justiça Federal do Amazonas, ampliando o número de fornecedores e, conseqüentemente, as ofertas, primando pela transparência e rapidez nas negociações. Para participar dos pregões eletrônicos, os interessados devem preencher a ficha cadastral no site do www.comprasnet.gov.br e ficar atento aos editais que estarão disponíveis no site da Justiça Federal do Amazonas, no Diário Oficial e no [comprasnet](http://comprasnet.gov.br). O primeiro pregão eletrônico da Seccional foi realizado para a aquisição de cadeiras. Participaram do pregão os servidores Neuzai Marreiros Barbosa (pregoeira), Adelson Alves Silva, Sandro Vicente Carvalho Teixeira e Wilson Jacinto Marques, como equipe de apoio.

Ginástica laboral reduz doenças osteomusculares na Seção Judiciária do DF

Foto: Marcos Aurélio



Servidores reservam 15 minutos por dia para sessões de ginástica laboral

Com quase dois anos de implantação pelo Comitê de Qualidade de Vida e Trabalho da Seção Judiciária do DF, a ginástica laboral vem-se incorporando à rotina dos servidores. Mais do que isso, os resultados positivos mostram a redução na incidência de doenças osteomusculares e lesões provocadas por esforços repetitivos. Essa é a conclusão da análise dos afastamentos por motivo de saúde dos servidores referente a 2004, feita pela médica Elza Pastor Martinez, da Seccional. De acordo com o relatório, essas doenças representavam em 2002, 16,8%; em 2003, 14%; e em 2004, 13,2%.

“Deve-se observar as alterações nos próximos anos, mas acreditamos que a ginástica laboral, implantada nos últimos dois anos e as informações sobre ergonomia, disseminadas aos servidores, por ocasião da feira de saúde, podem estar refletindo na diminuição das doenças osteomusculares”, esclarece a médica no relatório.

Os números animaram os membros do comitê do DF, que apostam na atuação preventiva e terapêutica para melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho.

A ginástica consiste em exercícios específicos de alongamentos, realizados no próprio local de trabalho. Entre os benefícios está o aumento da circulação sanguínea, a oxigenação dos músculos e tendões, a melhora da postura, o reforço da auto-estima e a integração social.

Juízes do Tribunal de Justiça do DF visitam a Turma Recursal



Foto: Adelaide Rodrigues

Juíza Federal Mônica Sifuentes, ao centro, recepcionou os juízes do TJDF

A praticidade e a inovação da Turma Recursal (TR) do Distrito Federal suscitaram a curiosidade dos juízes do Tribunal de Justiça do DF, recepcionados na tarde do dia 2 de setembro pela presidente da TR, Juíza Federal Mônica Sifuentes.

A experiência da Turma Recursal foi apresentada pela magistrada e pelo supervisor Mauro Sérgio para uma platéia de dez juízes. O objetivo da visita foi conhecer os métodos e procedimentos utilizados pela turma com a finalidade de adaptar o que for possível às TRs do TJ.

Os visitantes demonstraram grande interesse na forma como os recursos tecnológicos são utilizados pela turma para tornar mais célere os serviços ao cidadão. As intimações por e-mail, o julgamento por sinopse (sem acórdão nem relatório), a edição de súmulas e os processos virtuais foram os temas que mais despertaram a curiosidade dos juízes. “Precisamos implementar essas novidades”, falou animado o Juiz Tefilo Rodrigues Caetano Neto.

Segundo o Juiz Marco Antonio do Amaral, assistente do corregedor do TJDF, o modelo da TR é um exemplo a ser seguido para tornar mais rápida a prestação jurisdicional.

— Bahia —

Desembargador Federal I'talo Mendes reúne-se com juízes dos JEFs

O Coordenador dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, reuniu-se com os juízes federais que atuam nos JEFs da Seção Judiciária da Bahia, no dia 26 de agosto, para fazer um diagnóstico da atuação naquele Estado. Após as reuniões, ficou definido que serão criados mecanismos para padronizar procedimentos de forma a imprimir maior celeridade, priorizando o julgamento dos processos mais antigos, bem como os advindos dos juizados itinerantes.

O Desembargador Federal recebeu dos juízes um relatório contendo os resultados dos últimos três meses, quando mais de 60 mil sentenças foram proferidas pelas cinco varas que compõem os Juizados Especiais Federais na Bahia. Também ficou decidida a transferência da Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Juíza Federal da 15ª Vara, Vera Maria Louzada Velloso, para a Juíza Federal da 5ª Vara, Maízia Seal Carvalho Pamponet.



Foto: Rita Miranda

Juízes baianos apresentaram ao Coordenador dos JEFs na 1ª Região propostas para aprimoramento das atividades dos juizados

Piauí

Juízes federais assumem no TRE/PI

Foram empossados, no dia 29 de agosto de 2005, como membros do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TER/PI), os Juízes Federais Clodomir Sebastião Reis (Titular da 1ª Vara) e Márcio Braga Magalhães (Titular da 2ª Vara e Diretor do Foro), respectivamente como Juiz Titular e Substituto. O Juiz Clodomir Reis substituirá o Juiz Federal Carlos Augusto Pires Brandão (Titular da 5ª Vara), que prestou serviços judicantes junto às Turmas Suplementares do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O Juiz Clodomir Sebastião Reis é maranhense, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e especialista em Direito Penal pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ingressou na magistratura federal, assumindo o cargo de Juiz Federal Substituto, na Subseção de Imperatriz (MA). Posteriormente, foi removido para a Subseção do Marabá (PA), passou pela Seção Judiciária do Maranhão e, atualmente, responde pela titularidade plena da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Piauí.

“Eu chego ao Tribunal Regional Eleitoral com o mesmo sentimento que tive na vida, o de fazer justiça”, declarou o Juiz Clodomir Reis. “Vamos trabalhar para que a verdade das urnas prevaleça”, declarou Márcio Magalhães.

A solenidade de posse dos novos membros da Corte Eleitoral no Estado foi bastante prestigiada por magistrados e servidores da Justiça Federal no Piauí, familiares e amigos.



Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis

Portador de deficiência visual e o acesso à Internet

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) assinou, recentemente, um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Direitos Humanos, com o objetivo de criar condições que permitam aos portadores de deficiência, em todo o Brasil, melhor acesso aos órgãos públicos. O Conselho da Justiça Federal foi, portanto, uma das organizações públicas pioneiras a se adequar ao Decreto-Lei nº 5.296/2004, que determina que todas as instituições públicas devem adequar seus sítios na Internet aos padrões de acessibilidade.

Na Seção Judiciária do Piauí, o Analista Judiciário – Área Judiciária, Rosendo Brígido de Sá Júnior, deficiente visual, escuta os comandos do próprio computador para navegar nas páginas da Internet em busca de informações jurídicas que fundamentem o trabalho que executa junto ao gabinete do Juiz Federal Titular da 3ª Vara, Rui Gonçalves. Ele utiliza os softwares “Virtual Vision”, de sua propriedade, e “Dosvox”, este último adquirido pelo próprio Juiz Titular da Vara. Uma voz dá as dicas de como o servidor pode acessar de forma mais ágil certa página ou executar determinada tarefa por meio do teclado. Assim, ele tem acesso às notícias e à jurisprudência dos sites jurídicos ou afins, entre outros serviços. Esse programa, que transforma textos escritos em voz, é essencial ao trabalho de Rosendo Brígido. “Anteriormente, para navegar na internet, era preciso que as pessoas lessem todo o conteúdo para mim. Hoje, posso acessar sozinho na rede, com mais independência e agilidade”, afirmou.

Recentemente, foi lançado o Portal da Justiça Federal (www.justicafederal.gov.br) adaptado para a utilização do programa “Dosvox”, desenvolvido para deficientes visuais. Com a acessibilidade, qualquer pessoa portadora de deficiência, seja visual, auditiva ou motora, dispõe de ferramentas que facilitam a navegação no site. O Portal da Justiça Federal é o primeiro do Judiciário brasileiro adaptado a portadores de deficiência.

Juiz Federal Sandro Helano é homenageado

No último dia 02 de agosto, os bacharelados do 1º período de 2005 do Curso de Direito do Instituto Camilo Filho, Turmas “Ministro Evandro Lins e Silva” e “Direito e Cidadania”, foram recepcionados pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária, Juiz Federal Márcio Braga Magalhães, como parte do programa de visitas “Bem-Vindo à Justiça Federal no Piauí”. Na oportunidade, na qualidade de professor homenageado, o Juiz Federal Sandro Helano Soares Santiago recebeu homenagem emocionante dos novos bacharéis. O Juiz Federal Sandro Helano exerceu a judicatura na 2ª Vara da Seção Judiciária e, atualmente, responde pela titularidade da Vara Única da Subseção Judiciária de Santarém no Estado do Pará.



Foto: Nilson Linhares

Juiz Federal Sandro Helano

Apresentação dos novos juízes

No dia 16 de setembro, no auditório da Justiça Federal, aconteceu a solenidade de apresentação dos novos Juízes Federais e Juizes Federais Substitutos da Seção Judiciária do Estado de Goiás. Presidida pelo Juiz Federal Abel Cardoso Moraes, Diretor do Foro em exercício da Seção Judiciária de Goiás, a solenidade foi prestigiada por diversas autoridades, entre estas, magistrados, procuradores da República, presidente da OAB/Goiás e servidores da seccional. Também esteve presente o Juiz Federal Diretor do Foro, Leão Aparecido Alves, que veio de Brasília, onde estava convocado pelo TRF-1ª Região, especialmente para o evento.

No início da cerimônia, após a composição da mesa diretiva, fez-se a leitura dos currículos dos magistrados naquela tarde apresentados. Em seguida, o Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior saudou os novos juízes em nome dos magistrados e servidores da Seção Judiciária. Após, a

Juíza Federal Substituta Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Alves falou em nome dos juizes federais apresentados. Como símbolo de receptividade do povo goiano e especialmente da Seção Judiciária, foram entregues aos magistrados exemplares de obras literárias de autores goianos, gentilmente cedidos pela agência goiana de cultura.

As magistradas Maria Divina Vitória e Maria Maura Martins Moraes Tayer entregaram flores às Juízas Federais Luciana Gheller e Pollyanna Alves. A solenidade também contou com um momento cultural, quando foi apresentado o monólogo cômico "O Tabagista", de Anton Tchekhov, encenado pelo ator e servidor da Justiça Federal Duca Rodrigues.



Foto: Beltrão

Juízes federais durante a solenidade de apresentação dos novos magistrados

Ao final, o Juiz Federal Abel Cardoso Moraes agradeceu à Caixa Econômica Federal, patrocinadora do evento, e convidou a todos para um coquetel no salão do 1º andar, onde os magistrados receberam os cumprimentos.

Uberlândia/MG

Aniversário de Juiz coincide com a passagem de sete anos de instalação da segunda vara



Foto: Márcia Elizabeth dos Santos

Gerente da CEF, Edmar de Oliveira, magistrados Alexandre Jorge Fontes, Daniel Carneiro Machado e Leonardo Estevam de Assis

A 2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia completou, no dia 18 de setembro de 2005, sete anos de instalação, data que coincide com o aniversário de nascimento do magistrado que assumiu a titularidade da vara em 1998, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira.

Para comemorar, a Assessoria de Gabinete realizou, na sala de lanche dos magistrados, no dia 16 de setembro, um coquetel que contou com a presença dos demais juizes federais da Subseção, de diretores de secretaria, de servidores da 2ª vara, de procuradores da República e do gerente da CEF, Edmar de Oliveira. O magistrado homenageado aproveitou a oportunidade para encerrar a Inspeção Ordinária da 2ª Vara e fez um breve discurso, relembrando o início de suas atividades em Uberlândia. Ao comparar o número de feitos desde a instalação da vara com o volume atual, sensibilizou os presentes quando informou a grandiosa demanda pela Justiça Federal nesta cidade de Uberlândia.

Estudantes de Direito da UniMinas visitam a Subseção



Foto: Márcia Elizabeth dos Santos

Juiz Federal Alexandre Laranjeira, Diretor da Subseção, juntamente com alunos do curso de Direito da UniMinas

A Subseção Judiciária de Uberlândia recebeu, no dia 5 de setembro de 2005, às 14h, a visita de 10 estudantes do sétimo período de Direito da UniMinas – União Educacional de Minas Gerais –, os quais vieram acompanhados do professor e advogado, Danilo de Assis Faria, que leciona Direito Civil naquela instituição de ensino.

Os visitantes foram recepcionados pelo Juiz Federal Titular da 2ª Vara e Diretor da Subseção, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira e, após terem visitado todas as acomodações do edifício que abriga a Subseção, seguiram para a sala de audiências da 2ª Vara, onde receberam do magistrado uma explanação criteriosa sobre a tramitação processual e a carreira da magistratura na Justiça Federal.



Posses



O Presidente Aloísio Palmeira ladeado pela empossada, Isadalva Fontinele, e demais autoridades



Os empossados José Habib Junior e José Artur Calixto



O Presidente Aloísio Palmeira cumprimentando o novo servidor Márcio Rodrigues

O Presidente Aloísio Palmeira empossou, no dia 30 de agosto, a servidora Isadalva Rabelo Fontinele no cargo de Assessora Judiciária da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret). A empossada é servidora deste Tribunal há 15 anos e é formada em Direito pelo Centro de Ensino Universitário de Brasília (UniCeub) e Relações Internacionais, Sociologia e Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). É pós-graduada em “Ordem Jurídica e Ministério Público” pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Compareceram à posse o Diretor-Geral Washington Ribeiro, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, o Assessor Especial da Presidência, Sergio Fidelis, o Chefe de Assessoria da Asret, Marcos Aurélio de Brito, o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Alex Amorim, além de amigos, dirigentes e servidores do Tribunal.

Já no dia 9 de setembro, foram empossados, para exercer os cargos de assessores judiciários, os servidores José Habib Junior – formado em Direito pelo UniCeub –, que trabalha nesta Corte desde 2002, exercendo o cargo de Analista Judiciário, e José Artur Calixto, que possui graduação em Direito pela UnB, pós-graduando em Direito Público, e é servidor desde 2003 da Justiça Federal, onde exerceu a função comissionada FC-05 na 1ª Vara. Os servidores, respectivamente, foram lotados nos gabinetes dos Desembargadores Federais Luciano Tolentino Amaral e Carlos Fernando Mathias.

Estiveram presentes o Diretor-Geral Washington Ribeiro, Secretário-Geral Paulo Cardoso, Mário Sérgio Ferrari – Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Carlos Mathias –, e o Diretor da Secretaria de Recursos Humanos, Alex Amorim.

Outro servidor foi empossado no dia 19 de setembro. Márcio Rodrigues de Oliveira, que possui o segundo grau completo, aprovado no concurso público para o cargo de Técnico Judiciário, exercerá suas funções na Área de Serviços Gerais, Especialidade Segurança e Transporte. O Diretor-Geral, o Secretário-Geral da Presidência, o Diretor da Secre e o Diretor da Diseg, Agnaldo Dias, compareceram à solenidade de posse, no dia 19 de setembro.

Visitas

Estudantes do Centro Universitário de Brasília (Uniceub) visitaram, no dia 30 de agosto, as instalações do TRF. Cerca de 14 alunos, sob a supervisão da professora Irema de Sousa, assistiram à sessão da 4ª Turma. Logo em seguida, o grupo de universitários encaminhou-se ao Salão Nobre, onde o Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso, os recebeu em nome do Presidente Aloísio Palmeira e explicou o funcionamento do TRF da 1ª Região. Após o Secretário, a Juíza Federal em auxílio à Cojef – Coordenação dos Juizados Especiais Federais –, Geneviève Grossi, falou aos estudantes sobre os JEFs na 1ª Região. Os alunos de Direito também visitaram a Subsecretaria de Taquigrafia (Sutaq), a Divisão de Divulgação Institucional (Didiv) e as dependências do Estúdio de Rádio e TV do Tribunal.

A Universidade Católica de Brasília trouxe ao Tribunal, no dia 5 de setembro, cerca de 30 estudantes. Os futuros formandos têm como coordenador o Professor e Chefe de Gabinete do Desembargador Federal Carlos Mathias, Mário Sérgio Ferrari. O roteiro desta visita começou com uma sessão no Plenário; depois com a Divisão de Divulgação Institucional (Didiv). Em seguida, os estudantes foram recebidos pelo Secretário-Geral Paulo Cardoso, que deu início à palestra proferida pela Assessora Judiciária da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários (Asret), Isadalva Fontinele, e assistiram aos vídeos “Tramitação processual na Justiça Federal” e “Jalapão I e II”. Finalizando a visita ao Tribunal, os alunos conheceram os estúdios

de rádio e de TV da Casa.

Visita dos advogados da AGU – Dia 15 de setembro, cerca de 46 advogados da Advocacia-Geral da União (AGU) visitaram o TRF da 1ª Região. Eles foram recebidos pelo Secretário-Geral da Presidência, assistiram à sessão de julgamento no Plenário e à palestra no Salão Nobre, proferida pela Juíza Federal em auxílio à Cojef, Geneviève Grossi Orsi, que explanou sobre os Juizados Especiais Federais. Em seguida, dirigiram-se à Divisão de Análise e Registro de Jurisprudência (Diaju) e à Divisão de Divulgação Institucional do Tribunal (Didiv). Posteriormente, conheceram os estúdios de rádio e TV da Casa. Para a responsável pela visita, a Subprocuradora Regional da União, Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, essa é uma oportunidade de conhecer a estrutura do Tribunal, “o que facilita os futuros trabalhos dos advogados”. Os recém-empossados na AGU foram lotados na Procuradoria Regional da União e têm como área de atuação o TRF-1ª Região.

Visitas ao Presidente – O Presidente Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima recebeu no mês de setembro importantes visitas, que trataram de temas diversos, como a criação de varas federais, o financiamento para programas de recursos humanos e a entrega de medalhas.

No dia 20, o Presidente recebeu o Prefeito de Alagoinhas (BA), Joseildo Ramos, o Deputado Federal Luiz Alberto Silva dos Santos e o Procurador Federal da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Fábio Almeida Lima. O tema tratado no encontro

foi a criação de uma vara federal no município baiano.

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, TRT da 8ª Região, Juiz Albano Mendonça de Lima, compareceu, na tarde do dia 21, nesta Corte, para tratar com o Presidente Aloísio Palmeira sobre acordo de cooperação técnica no desenvolvimento dos programas de recursos humanos no TRT.

Na mesma tarde o Presidente recebeu visita do vice-reitor da Universidade de Coimbra, Portugal, Professor António Avelãs Nunes, uma das mais conceituadas entidades de ensino no mundo.

Durante a visita, o professor António Avelãs recebeu das mãos do Desembargador Federal Carlos Mathias o diploma de visitante ilustre. Logo após, o Presidente Aloísio Palmeira entregou ao vice-reitor a medalha do Tribunal, outorgada apenas a visitantes ilustres.

Compareceram à homenagem o Professor Massimo Vari, Conselheiro de Estado do Vaticano, os Desembargadores Federais Antônio Sávio de Oliveira Chaves e Antônio Ezequiel da Silva, os Juizes Federais Marcos Augusto de Sousa, magistrado que atua em auxílio à Presidência, e João Carlos Mayer Soares, além do Secretário-Geral da Presidência, Paulo Cardoso.

No dia 23, o Presidente recebeu visita do Vice-Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil, Ricardo Alves da Conceição, do Diretor da Área de Governo, Sérgio Nazaré, e do Gerente-Geral da Agência Poder Judiciário, Ricardo Newman, com o objetivo de assinar convênio de cooperação-mútua.



Foto 1: advogados assistem à sessão no Plenário
Foto 2: Autoridades baianas visitam a presidência
Foto 3: Presidente Aloísio Palmeira reúne-se com o Presidente do TRT da 8ª Região, Juiz Albano Mendonça
Foto 4: Entrega da medalha ao professor António Avelãs
Foto 5: Presidente Aloísio Palmeira e autoridades no gabinete da Presidência



E Espaço Literário

A ESPERANÇA

Sônia Jansen

Servidora da Seção Judiciária do Maranhão

Diz o saber popular que ela é a última que morre. Um amigo pessimista costumava completar a frase: "... mas morre". Esperança, que no dicionário é definida como ato de esperar, tendência ao espírito para considerar como provável a realização do que se deseja, parece ser a palavra preferida, ou a mais utilizada, pelos brasileiros. Já tivemos até um seu Cavaleiro, quando Luís Carlos Prestes percorreu o país nos idos de 1924-27. Num passado bem mais recente ouviu-se que ela venceria o medo.

E ela sempre se faz presente nos momentos cruciais da nossa história recente. Brilhou em toda sua plenitude no início de 1984, quando uma massa entusiasmada foi às ruas pedir eleições diretas. Naquela ocasião, Franco Montoro Filho, respondendo à pergunta sobre quantas pessoas estariam na praça do primeiro comício, se 300 ou 400 mil, respondeu "... aqui está presente a esperança de 130 milhões de brasileiros".

O triste é que, logo a seguir, o sentimento se transforma em frustração. No dia 25 de abril, o Congresso rejeitou a emenda das diretas. E naquele dia o povo se vestiu de luto para protestar. Mas a esperança é a última...

Restava Tancredo. Ainda que eleito indiretamente,

tantas foram as esperanças nele depositadas. Afinal, seria o primeiro presidente civil depois do golpe de 64. Vinha ancorado numa aliança democrática. Mas Tancredo morreu. E o que aconteceu depois... Pobre esperança!

Felizmente, ela sempre se renova. Às vezes, peca pela ingenuidade. Em 1989 foi depositada em um certo "caçador de marajás", aquele que iria combater a inflação e a corrupção. Mas essa história também não acabou bem. E lá estava ela de novo, vigorosa, e alegre nas caras pintadas dos nossos jovens. Depois disso, ela se recolheu. Ficou um longo tempo sumida. E, quando menos se espera, reaparece.

2002 e lá estava ela, mais exuberante do que nunca. Venceu os preconceitos, as forças conservadoras e caiu alegremente nos braços do povo, materializou-se numa grande festa cívica.

Mas... "a esperança dança, na corda bamba de sombrinha e em cada passo dessa linha, pode se machucar..." canta o artista, eivado de sabedoria.

Mais uma vez ela agoniza, definha.

E novamente é o artista que nos ajuda a reacendê-la. Mário Quintana nos ensina com seu poema Esperança:

"Lá bem no alto do décimo segundo andar do Ano vive uma louca chamada Esperança E ela pensa que quando todas as sirenas Todas as buzinas Todos os reco-recos tocarem Atira-se E - Ó delicioso vôo! Ela será encontrada miraculosamente incólume na calçada



Outra vez criança... E em torno dela indagará o povo: - Como é o teu nome, meninazinha de olhos verdes? E ela lhes dirá (É preciso dizer-lhes tudo de novo!) Ela lhes dirá bem devagarinho para que não esqueçam: - O meu nome é ES - PE - RAN - ÇA..."

A Justiça Federal e a Atualidade Nacional

Entre os dias 8 e 12 de setembro, juízes federais da 1ª Região estiveram reunidos em Angra dos Reis/RJ, no III Encontro Anual da Associação dos Juizes Federais da 1ª Região. Em debate, temas da atualidade, como “Crime Organizado”; “Sonegação fiscal e lavagem de Dinheiro” e “Tabela Price e outros Sistemas de Amortização”. Na abertura oficial, a Presidente da Aufer, Juíza Federal Solange Salgado, ressaltou a importância dos eventos de estudo para atualização e entrosamento dos magistrados. Foi apresentado vídeo institucional, co-produzido pelas assessorias de imprensa da Ajufer e do TRF-1ª Região, que destacou a história e o trabalho prestado pela associação que representa os magistrados federais da 1ª Região.

Representando o Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira, o Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves lembrou, na abertura, que o Encontro Anual da Ajufer ganhou ainda mais força e importância com a participação e contribuição de magistrados aposentados. Dois dias antes da abertura do Encontro Anual foi realizado o I Encontro dos Magistrados Aposentados, também promovido pela Ajufer.

A Conferência de Abertura do III Encontro Anual foi proferida pelo Desembargador Federal do TRF-1ª Região, Antônio Souza Prudente, que contextualizou o papel do Juiz e da Justiça Federal no atual momento do País.

O ex-presidente do Banco Central Gustavo Jorge Laboissierre Loyola, que também é sócio da Consultoria Tendências e Consultor da Abecip, apresentou conferência sobre o Sistema Financeiro da Habitação, destacando, dentre outros pontos, a “Tabela Price e outros Sistemas de Amortização”. A mesa diretiva dos trabalhos foi coordenada pelo Desembargador Federal do TRF-1ª Região, Ítalo Mendes. Participaram como debatedores os Juizes Federais Márcio Antônio Rocha

(PR) e Flávio Antônio da Cruz (PR), além do Perito do Juízo com atuação na 4ª Região da Justiça Federal, Edson Queiroz, do Desembargador Federal Carlos Mathias, Presidente da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região (Esmaf). Ao final dos debates, a pedido dos associados, ficou acertado que o assunto voltará a ser discutido num evento específico a ser promovido pela Ajufer e pela Esmaf.

Outro destaque do III Encontro Anual foi a mesa-redonda acerca do tema “Crime Organizado”, coordenada pelo Desembargador Federal do TRF-1ª Região Cândido Ribeiro. Participaram como debatedores o Juiz Federal (SJMG) Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, o Secretário da Receita Federal, Antônio Jorge Rachid, e o Delegado de Polícia Federal Getúlio Bezerra



Autoridades presentes à solenidade

Santos. A Conferência de Encerramento do III Encontro Anual foi proferida pelo Secretário da Receita, Jorge Rachid, com o tema “Sonegação Fiscal e Lavagem de Dinheiro”. A Presidente da Ajufer fez um balanço dos trabalhos, concluindo pelo efetivo alcance dos objetivos de integração da classe e estudo sobre temas da Atualidade Nacional.

I Encontro dos Magistrados Federais Aposentados

Os debates do I Encontro Anual dos Magistrados Federais Aposentados, realizado nos dias 6 e 7 de setembro, foram coordenados pelo Desembargador Federal do TRF-1ª Região, Antônio Augusto Catão Alves. Três temas principais foram discutidos, e o resultado dos trabalhos apontaram para reflexões conclusivas.

Sobre o tema “O Magistrado na Aposentadoria e Qualidade de Vida”, os participantes concluíram que a aposentadoria causa impacto na vida dos magistrados, influenciando diretamente na qualidade de suas vidas. Alguns registraram que há isolamento entre os colegas da ativa e os aposentados.

Outro tema debatido foi “A participação do Associado Aposentado na discussão e condução de temas de interesse da Magistratura”. Os participantes salientaram que o associado aposentado deve participar da discussão e condução de temas de interesse do juiz, porque o magistrado aposentado continua magistrado e tem a vantagem de dispor de maior tempo para essa participação.

O terceiro e último tema discutido no I Encontro Anual dos Magistrados Federais Aposentados foi “A Atuação associativa voltada aos associados aposentados e integração deles com a diretoria”. Os participantes deliberaram no sentido de que, como associado da Ajufer, o magistrado aposentado também pode integrar a Diretoria da Associação.

Segundo a Presidente da Ajufer, Juíza Federal Solange Salgado, o encontro passa agora a fazer parte do calendário de atividades anuais da Associação.



Decisões do TRF-1ª Região

Continua suspenso o projeto “Justiça sem Papel”

A Sexta Turma do TRF-1ª Região confirmou, em julgamento realizado no dia 19 de setembro, a suspensão do projeto “Justiça sem Papel”, até julgamento definitivo da causa. O projeto, resultante de parceria firmada entre o Ministério da Justiça, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a empresa Souza Cruz S.A. por termo de cooperação técnica e financeira, foi considerado pelos desembargadores uma afronta aos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, imparcialidade e autonomia do Judiciário. O Desembargador Federal Souza Prudente, relator do processo, que já havia, em decisão liminar, suspenso a execução do projeto, destacou que, sob a bandeira da modernização da Justiça e do melhoramento em tecnologia, a idéia põe em risco a independência do Judiciário, que não pode aceitar ser financiado pelo dinheiro privado, mormente pela indústria letal do tabaco, mas apenas por recursos públicos regularmente inseridos na legislação orçamentária, nos termos previstos na Constituição Federal, seguindo a linha determinante da “garantia constitucional da independência e harmonia entre os Poderes da União (CF, art. 2º), na força normativa dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (CF, art. 37, caput), de seu autogoverno na gestão administrativa e financeira (CF, art. 99, §§ 1º a 5º), sob pena de colocar-se em risco de dano irreparável a honra, a dignidade, o bom nome, a imagem, a independência e a finalidade do Poder Judiciário, no Brasil, na instrumentalização desse Projeto, apesar de seus louváveis objetivos”, acrescentando, ainda, que um dos signatários do termo de cooperação técnica e financeira em referência – a Secretaria de Reforma do Judiciário –, além de manifestamente ilegítimo o seu ato de criação, não dispõe de competência legal ou constitucional para subscrever “convênios” dessa natureza, a macular, também sob esse ângulo, a existência do projeto.

Crime ambiental em Vicente Pires/DF

A 4ª Turma do TRF-1ª Região julgou recurso criminal determinando o recebimento da denúncia para prosseguimento da ação penal por crime ambiental em área de preservação permanente (vereda) no DF. A área fica localizada em Vicente Pires. O juízo de 1º grau havia rejeitado a denúncia, embasado no princípio da insignificância, entendendo que a prática em questão, a execução de aterro para construção de um campo de futebol, é inexpressiva quanto à lesão jurídica provocada.

Para o relator do processo no TRE, Juiz Federal Convocado Alexandre Vidigal de Oliveira, o princípio da insignificância não é adequado para o caso em questão, vez que a conduta sob análise causou dano efetivo ao meio ambiente, conforme laudo pericial, sendo, portanto, necessária, para que se apure a dimensão do dano, a regular instauração de ação penal. A decisão ressaltou o parecer do Ministério Público no sentido de que “algumas condutas, quando isoladamente consideradas, podem parecer inócuas a um meio ambiente harmônico, mas se consideradas por critérios ambientais, mostram-se prejudiciais a este equilíbrio ambiental”. O magistrado chamou atenção para o fato de que o réu nem ao menos procurou se inteirar junto aos órgãos públicos das normas e procedimentos legalmente cabíveis.

O relator destacou, no exame da questão, a relevância social: “A ocupação de áreas de preservação ambiental permanente, como reiteradas vezes vem observando-se no Distrito Federal, fato este de notório conhecimento, nada mais tem revelado do que a ganância de alguns em detrimento de muitos, merecendo, portanto, a devida e atenta resposta estatal de modo que o interesse de poucos não se sobreleve aos interesses maiores da coletividade. A omissão e inércia do poder público em casos como o presente implica em gerar, junto à sociedade, a falsa idéia e impressão do abrandamento da lei, e a gerar a, também falsa, expectativa de que a tolerância do Estado possa legitimar condutas que se afastem da legalidade, as quais, em realidade, a todos, inclusive e principalmente ao próprio Estado, impõe-se coibir”, afirmou o magistrado em sua análise.

Decisão no mesmo sentido ocorreu no início do mês de agosto, quando foi julgado caso similar que envolvia a construção de um muro em área de preservação ambiental, na Colônia Agrícola Arnuqueira, situada na bacia do lago Paranoá.

(RCR 2002.34.00.016934-9/DF). RCR 2003.34.00.042511-2/DF

Permanece o critério de prazo de validade para créditos do pré-pago

Decisão do TRF-1ª Região, em caráter de liminar, concedeu à TIM permissão de continuar a fixar o prazo mínimo de 90 (noventa) dias como validade de créditos para carga de serviço móvel de telefonia na modalidade pré-pago.

A regulamentação, estabelecida pela Anatel, autarquia reguladora do setor, de fixar prazo para validade dos créditos, foi considerada crivada de razoabilidade pela Desembargadora Selene Maria de Almeida. De acordo com a decisão, além de a norma ser de conhecimento do consumidor quando da opção pelo serviço em questão, deve-se entender que a obrigação de fazer da operadora depende, entre muitos encargos, da disponibilização de tecnologia, de pagamento de pessoal, de utilização de energia elétrica e outros. A decisão alertou também para o fato de que a análise do pedido para a abstenção de cobrança ainda se encontra em fase inicial e que a concessão nesta fase do processo poderia acarretar futuro dispêndio para o público ou para a União, caso viesse a confirmar-se a legalidade da cobrança.

Lembrou a Relatora, ao reformar decisão de 1º grau, que a Anatel deve ser parte do processo, porquanto seu interesse na ação justifica-se pelo fato de que a norma questionada foi regulamentada pela autarquia, mesmo que o prejuízo material esteja diretamente restrito à concessionária.

A decisão atinge as empresas agravantes: a Tim Nordeste Telecomunicações S/A, Tim Celular S/A, Tim Sul S/A e Maxitel S/A.

AG 2005.01.00.059272-0/DF



Bem-me-quer

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Orgânico ou não-orgânico: eis a questão!

A popularidade dos alimentos orgânicos tem aumentado nos últimos anos, refletindo nas preocupações com o meio ambiente e principalmente com a saúde. Mas você sabe o que é um alimento orgânico?

O termo orgânico refere-se à maneira como produtores cultivam e processam produtos agrícolas, como frutas, verduras, cereais, laticínios e carnes. As técnicas de produção orgânica são destinadas a incentivar a conservação do solo e da água e reduzir a poluição.

Orgânicos: comprar ou não comprar?

Vários fatores podem influenciar na decisão sobre comprar ou não alimentos orgânicos, devendo-se considerar os seguintes fatores:

Nutrição – Não há evidências comprovando que os produtos orgânicos são mais nutritivos que os alimentos convencionais.

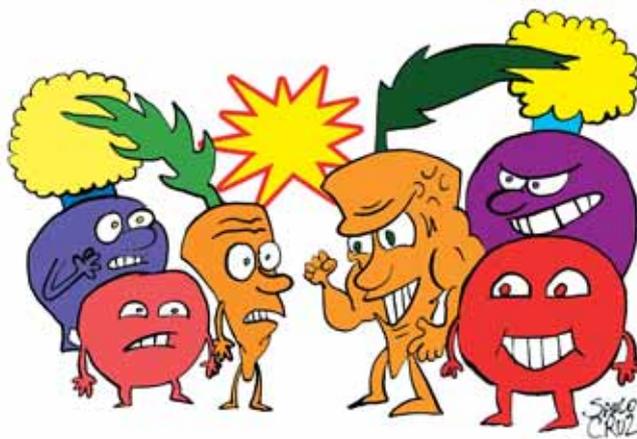
Qualidade e aparência – Os alimentos orgânicos têm o mesmo padrão de qualidade e segurança que os convencionais. A diferença está na maneira como eles são produzidos, processados e manuseados. Você também pode encontrar frutas e verduras orgânicas que se estragam mais rapidamente por não receberem conservantes. E não espere uma aparência tão boa em alguns orgânicos, que podem ter formatos estranhos, variações de cores e talvez tamanhos menores.

No entanto, na maioria dos casos, os alimentos orgânicos são semelhantes aos produtos convencionais. Para ter certeza de que algum produto é orgânico, confira a embalagem e procure o selo de produtos orgânicos.

Pesticidas – Produtores convencionais usam pesticidas para proteger as

plantações de fungos, insetos e doenças. Quando os fazendeiros aplicam inseticidas, acabam deixando resíduos na produção. Algumas pessoas preferem alimentos orgânicos para limitar a ingestão desses resíduos.

A maioria dos especialistas concorda com a assertiva de que a quantidade de pesticidas encontrados em frutas e verduras representa um risco muito pequeno para a saúde. E grandes estudos indicam que esses resíduos dificilmente são fatores de risco para o câncer na população geral.



Além disso, os benefícios para a saúde da ingestão de frutas e verduras, independente do modo de produção empregado, ultrapassam qualquer risco à saúde.

Meio ambiente – Alguns compram alimentos orgânicos por questões ambientais. O cultivo orgânico é projetado para beneficiar o meio ambiente por meio do combate à poluição e conservação da água e do solo.

Custo – A maioria dos produtos orgânicos são mais caros do que os convencionais. Os altos preços se devem às técnicas de plantio, às rígidas regulamentações do governo e menor produtividade. Por não serem utilizados herbicidas ou pesticidas, as técnicas de controle de ervas-daninhas e pestes exigem muito trabalho.

Sabor – Algumas pessoas dizem sentir a diferença de sabor entre os orgânicos e os não-orgânicos. Outros dizem não

perceber nenhuma diferença. O paladar é subjetivo, portanto cabe a você escolher. Orgânico ou convencional, os produtos mais frescos disponíveis podem proporcionar um sabor mais apreciável.

Produtos orgânicos mais comuns

Hortalças – cebola, batata, acelga, cenoura, tomate, alface, repolho, milho, vagem;

frutas – banana nanica e prata, limão, uva;

outros vegetais – ervas aromáticas, cereais (arroz, centeio, aveia);

produtos animais – mel, ovo, galinha, cabra;

produtos processados – queijos, doces, sucos, açúcar cristal e mascavo, farinha de trigo, farinha de mandioca.

Dicas de compras

Independentemente de você já adorar alimentos orgânicos ou apenas querer fazer compras de maneira inteligente e segura, preste atenção às seguintes dicas:

❖ Compre frutas e verduras em locais confiáveis, para garantir melhor qualidade. Tente fazer as compras no dia em que foram distribuídas para ter certeza de que está comprando alimentos frescos. Pergunte ao vendedor que dia novos produtos estarão chegando.

❖ Leia as embalagens cuidadosamente. O fato de um produto ser orgânico ou conter ingredientes orgânicos não significa necessariamente que seja uma alternativa mais saudável. Alguns produtos orgânicos podem conter um alto teor de açúcar, sal, gorduras ou calorias.

❖ Lave todas as frutas e verduras sob água corrente abundante. Se necessário, utilize uma pequena escova, particularmente nas ingeridas com a casca (como maçãs).

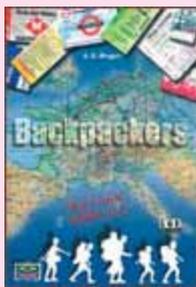
Fonte: www.lincx.com.br

Dicas culturais

LIVRO

Backparkes, Europa de Mochila

Autor: A. G. Bragah
Editora: LGDE

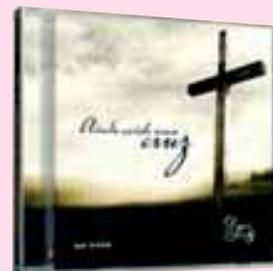


De maneira extrovertida, o autor e servidor do Tribunal Gláucio Braga Assis, convida o leitor para um passeio pela Europa. O livro assemelha-se a um guia de viagens, baseado em experiências próprias e ilustrado por aventureiros que cruzam o velho continente, e tem como pano de fundo a discriminação racial incitada pela construção da nova identidade do continente. Ante essa reflexão, os primos Dharma e Kácio percorrem os principais cartões postais da Europa e relacionam-se com diversos tipos de pessoas. Um “prato cheio” para os aventureiros!

CD

Ainda existe uma cruz

Artista: Diante do Trono
Gênero: Gospel
Gravadora: Diante do Trono



Gravado por um coral formado por mais de 300 mil vozes às margens do rio Guaíba, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o oitavo trabalho do ministério Diante do Trono, grupo mineiro de Belo Horizonte, da Igreja Batista da Lagoinha, fundado há sete anos, refuta a idéia do sacrifício, apregoado na Bíblia com mensagens destinadas àqueles que não se esqueceram de que a vida ao lado de Deus não se limita a riquezas, prazeres e conforto.

DVD e VÍDEO

O suspeito da Rua Arlington

Gênero: Suspense
Distribuidora: Columbia Tristar



Um professor de história (Jeff Bridges) faz amizade com seus novos vizinhos (Tim Robbins e Joan Cusack), logo após salvar o filho deles. Desconfiado de que há algo errado, começa a achar que seus vizinhos têm um plano para explodir um prédio público e que são, na verdade, terroristas. A versão em DVD traz um final alternativo.

SITE

www.sosmatatlantica.org.br



Portal
SOS MATA ATLÂNTICA
Lute por um Brasil mais verde

Site da ONG que atua na preservação de um dos biomas mais devastados do Brasil, a Mata Atlântica. Informa o internauta sobre a questão da preservação ambiental e desenvolve projetos de desenvolvimento sustentável. Traz um mapa da degradação da Mata Atlântica no país e oferece *links* para os que querem se empenhar, ainda que em casa, no combate à devastação do meio ambiente. Confira!

Encontre a alternativa em que o sujeito é o mesmo em todas as orações que compõem o período.

Teste seus conhecimentos

Por Márcia Murça Barroso

- O revisor esforça-se, mas não consegue lutar contra alguns equívocos arraigados, a não ser aos poucos, até conseguir trazer novamente à consagração as formas escorregadas.
- Entre as questões que se trouxeram a julgamento está o levantamento de saldo do FGTS, a indenização por rescisão voluntária e a transferência de aluno de universidade.
- O desembargador fez o homem sair da sala de sessões.
- Soubemos que se obedeceu às duas determinações do magistrado.
- Minúsculas são suas dúvidas, mas não poderei dirimi-las agora.

Resposta: a

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - SECBE

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios

(Dados até 31/08/05)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	20.950.777,74		20.950.777,74
2 - Creche	3.752.979,70		3.752.979,70
3 - Auxílio Transporte	348.957,67		348.957,67
4 - Programa Qualidade de Vida		100.593,78	100.593,78
Subtotal I	25.052.715,11	100.593,78	25.153.308,89
II - Despesas Médicas			-
1 - Consultas	1.390.042,57	956.636,95	2.346.679,52
2 - Exames Laboratoriais	865.965,04	595.963,14	1.461.928,18
3 - Exames Radiológicos	722.012,41	496.893,94	1.218.906,35
4 - Internações	3.701.157,06	2.547.161,95	6.248.319,01
5 - Psicologia	465.596,79	320.426,94	786.023,73
6 - TFD		24.526,00	24.526,00
7 - Outras	2.556.283,80	1.759.252,24	4.315.536,04
8 - Material de Consumo	98.578,70		98.578,70
Subtotal II	9.799.636,37	6.700.861,16	16.500.497,53
III - Despesas Odontológicas			-
1 - Dentisteria	466.721,42	321.200,91	787.922,33
2 - Prótese Dentária	491.463,27	338.228,43	829.691,70
3 - Periodontia	122.584,66	84.363,61	206.948,27
4 - Radiologia	127.083,18	87.459,53	214.542,71
5 - Endodontia	66.353,17	45.664,71	112.017,88
6 - Outras	271.035,81	186.528,72	457.564,53
Subtotal III	1.545.241,51	1.063.445,91	2.608.687,42
IV - Despesas Área Administrativa			-
1 - Fenaserjus		1.536.534,50	1.536.534,50
2 - Seguro de Vida		205.880,47	205.880,47
3 - Passagens e Hospedagem (TFD)		70.155,05	70.155,05
4 - Outras		140.381,35	140.381,35
Subtotal IV		1.952.951,37	1.952.951,37
Total Geral	36.397.592,99	9.817.852,22	46.215.445,21

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS (2005)

R\$1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS										
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS					DESPESAS	SALDO			
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL					
Saldo Dez/04		1.467.095,00		1.467.095,00									12.345.288,86		12.345.288,86
jan/05	1.467.095,00		571.359,98	895.735,02	12.345.288,86	1.624.502,33	113.958,25	153.497,23	202.290,44	2.094.248,25	1.320.082,18	13.119.454,93			
fev/05	895.735,02	17.884.649,00	777.118,67	18.003.265,35	13.119.454,93	1.624.572,19	90.417,66	148.036,34	76.658,18	1.939.684,37	1.794.378,75	13.264.760,55			
mar/05	18.003.265,35		893.570,98	17.109.694,37	13.264.760,55	1.626.985,25	85.638,42	178.851,74	73.431,88	1.964.907,29	1.439.109,01	13.790.558,83			
abr/05	17.109.694,37		1.370.210,08	15.739.484,29	13.790.558,83	1.639.000,94	96.692,18	175.567,75	72.717,07	1.983.977,94	1.251.017,33	14.523.519,44			
mai/05	15.739.484,29		936.746,67	14.802.737,62	14.523.519,44	1.649.035,72	109.932,28	190.341,88	77.897,51	2.027.207,39	1.089.870,00	15.460.856,83			
jun/05	14.802.737,62		1.901.824,42	12.900.913,20	15.460.856,83	1.652.607,89	106.123,62	255.608,59	73.695,57	2.088.035,67	1.080.791,78	16.468.100,72			
jul/05	12.900.913,20		2.677.331,15	10.223.582,05	16.468.100,72	1.661.278,74	94.458,04	261.769,77	71.052,74	2.088.559,29	997.269,51	17.559.390,50			
ago/05	10.223.582,05		2.216.715,93	8.006.866,12	17.559.390,50	1.664.475,65	109.807,19	257.981,10	74.550,53	2.106.814,47	845.333,66	18.820.871,31			
set/05				-								-			
out/05				-								-			
nov/05				-								-			
dez/05				-								-			
TOTAL 2005		19.351.744,00	11.344.877,88	8.006.866,12		13.142.458,71	807.027,64	1.621.654,40	722.293,92	28.638.723,53	9.817.852,22	18.820.871,31			

SIDJOR

Sistema Integrado de Divulgação Jornalística

2 anos



Acesso ao Sistema Integrado

Para o acesso às Transmissões de Julgamentos ao Vivo, à TV Destaque e à Rádio Destaque - a partir das Seções e Subseções Judiciárias que compõem a Primeira Região - é necessário que o magistrado ou servidor possua um microcomputador pessoal com acesso à internet, de preferência acesso ADSL, desvinculado da rede da Seccional. Informações mais detalhadas poderão ser prestadas pela SEINF - Seção de Informática local.

Plenário	Corte Especial	1ª Seção		2ª Seção		3ª Seção		4ª Seção		Turmas Suplementares			Turma Regional de Uniformização	Conselho de Administração
		1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma	4ª Turma	5ª Turma	6ª Turma	7ª Turma	8ª Turma	1ª Turma	2ª Turma	3ª Turma		



2ª Turma
Reúne-se às quartas-feiras, semanalmente, e às segundas-feiras, quinzenalmente, na sala nº 14h



Desembargador Federal JIRAIR ARAM MEGUERIAN - Presidente da 2ª Turma



Desembargador Federal CARLOS MOREIRA ALVES



Desembargadora Federal NEUZA MARIA ALVES DA SILVA

Pauta do Dia 10/10/2005 14:00



Transmissão de Julgamentos

15:00-17:15/2005 - Via Legal: TRF1 mostra matéria sobre decisão da 2ª Turma sobre normas para armazenar alimentos para evitar desperdício.

Via Legal: Programa que busca aproximar a Justiça Federal do cidadão através por meio de uma linguagem acessível e abordagem reflexiva e interpretativa do Direito.

Palestras: Temas jurídicos variados e assuntos relevantes apresentados por renomados operadores do Direito. Dirigido a estudantes de Direito e interessado em geral.

Fóruns: Entrevistas e debates com personalidades do mundo jurídico sobre temas relevantes para a justiça e para o país.

Lições de Direito: Os temas jurídicos explicados por magistrados. Destinado a estudantes e público leigo.

Acessos: Jurídicos: Os mais variados temas jurídicos na visão de renomados juristas e operadores do Direito.

Palestras e Entretenimento 24 horas. Conheça os programas e confira os horários acima.

Pesquisar Programação

TV Destaque

O Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, juntamente com o estúdio de rádio e TV do TRF-1ª Região, comemora dois anos de inauguração.

Além da transmissão de julgamentos em tempo real, pela internet, o Sistema oferece aos usuários música, informação e as novidades da Primeira Região, que podem ser acompanhadas pela Rádio e TV Destaque.

Acesse o site do Tribunal e confira!

De Segunda à Sexta-feira, entre os horários:

- 14:00h Música de Ilustração
- 15:00h Panorama Cultural
- 16:00h e 17:00h JUIZ e Crônica com Andréa Lima
- 18:00h JUIZ e Crônicas
- 19:00h e 20:00h Palestra Brasileira para não esquecer
- 19:00h JUIZ e Crônicas
- 20:00h Notícias em Destaque
- Notas enviadas em condições e programação de dia anterior
- 21:00h Notícias em Destaque: música
- 22:00h JUIZ e Crônicas
- 23:00h Panorama Cultural
- 24:00h Palestra Brasileira
- 25:00h JUIZ e Crônicas
- 26:00h JUIZ e Crônicas
- 27:00h JUIZ e Crônicas
- 28:00h JUIZ e Crônicas
- 29:00h JUIZ e Crônicas
- 30:00h JUIZ e Crônicas

Horário de Trabalho: O horário das palestras variadas de segunda a sexta-feira, das 14h às 17h, com o objetivo de aproximar o cidadão do Poder Judiciário e da Justiça Federal da Primeira Região.

Horário de Trabalho: A cada 15 dias, às 17h, com o objetivo de aproximar o cidadão do Poder Judiciário e da Justiça Federal da Primeira Região.

Música e Informação 24 horas on-line. Conheça os programas e confira os horários acima.

Rádio Destaque

www.trf1.gov.br/Setorial/Ascom

Estatísticas TRF-1ª Região

agosto 2005

Revista Destaque – Ano IV n.36 setembro 2005

Estatísticas elaboradas pela Divisão de Estatística (Diest), a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aresp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).

Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest – ramal 278.

**ASSESSORIA DE RECURSOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS DA PRESIDÊNCIA**

— AGOSTO/2005 —

Recursos Extraordinários Admitidos	306
Recursos Especiais Admitidos	690
Recursos Extraordinários Não-Admitidos	206
Recursos Especiais Não-Admitidos	718
Despachos Diversos	58
Decisões Diversas	19
Recurso Especial Adesivo Admitido	1
Recurso Especial Adesivo Não-Admitido	1
Despachos em Plantão	6
Suspensões de Segurança Deferidas	13
Suspensões de Segurança Indeferidas	9
Decisões Diversas em Suspensão de Segurança	11
Despachos Diversos em Suspensão de Segurança	6
TOTAL	2.044

Dados fornecidos pela ASRET

VICE-PRESIDÊNCIA

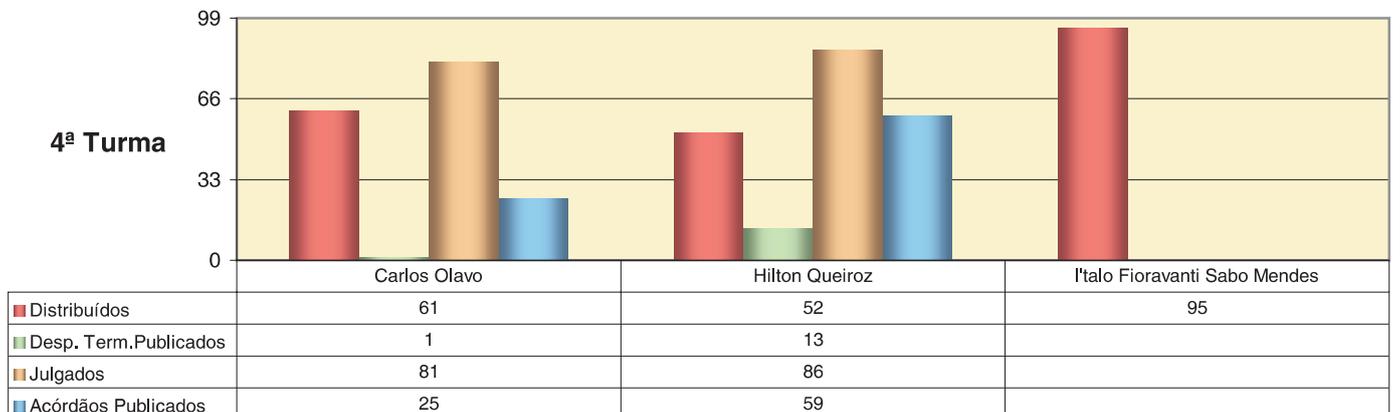
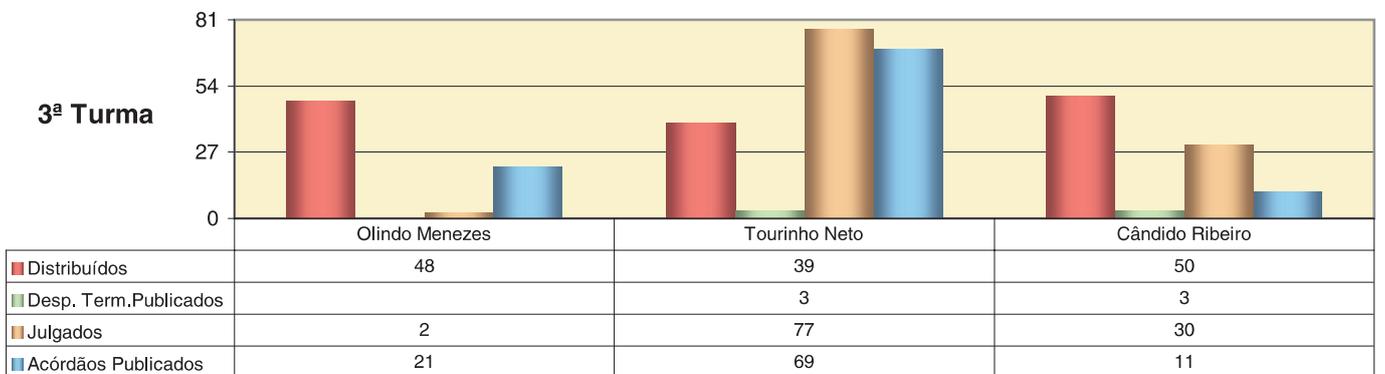
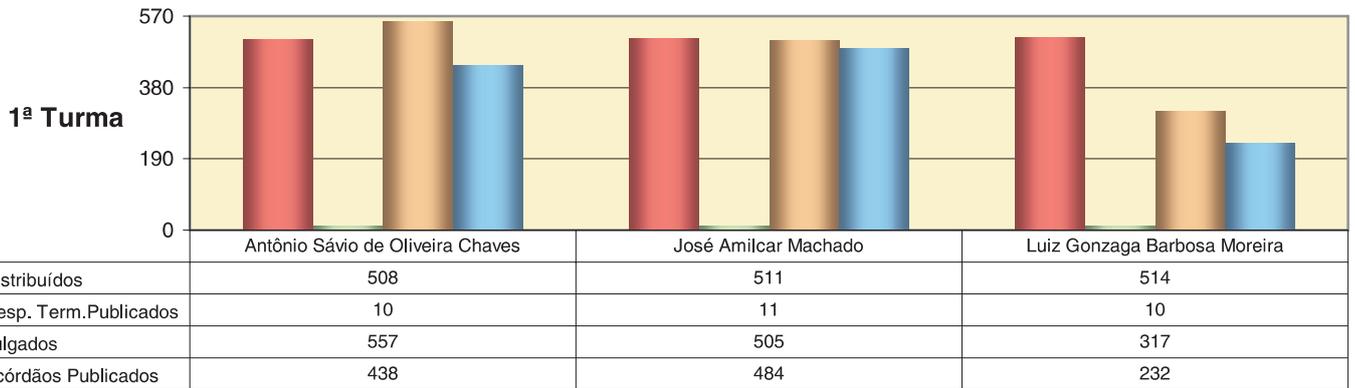
— AGOSTO/2005 —

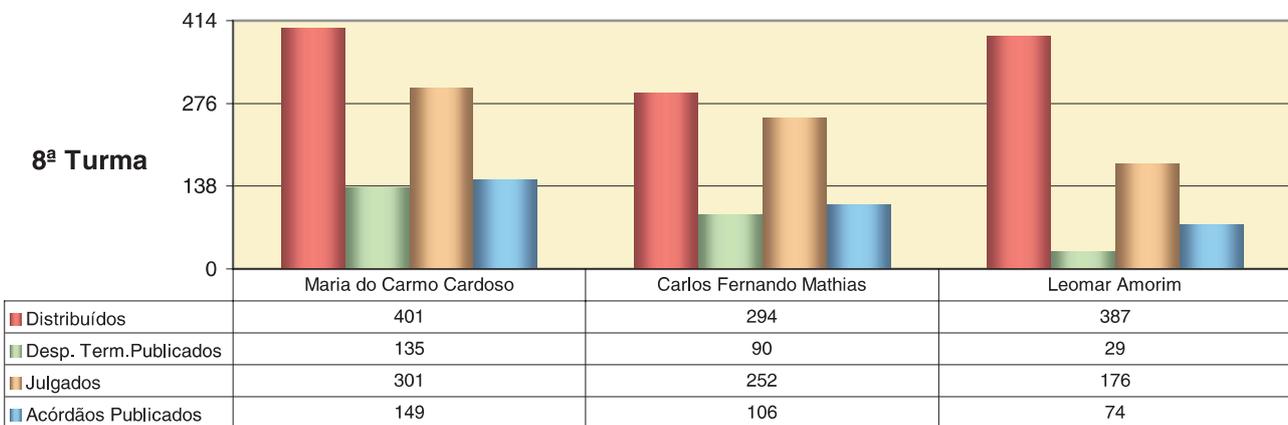
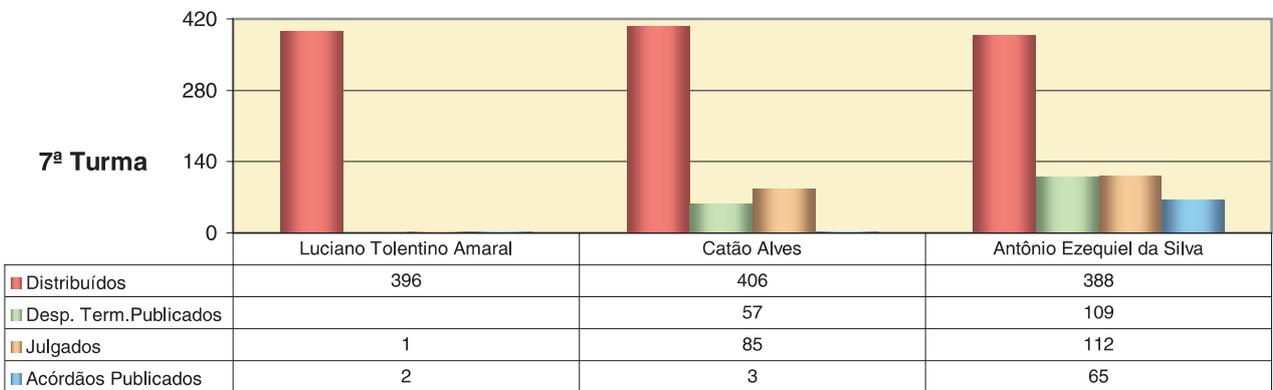
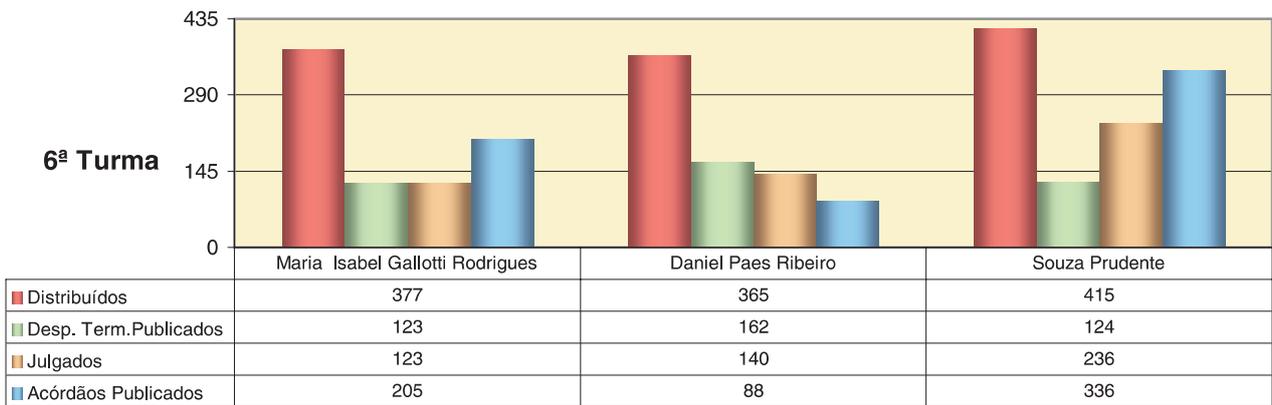
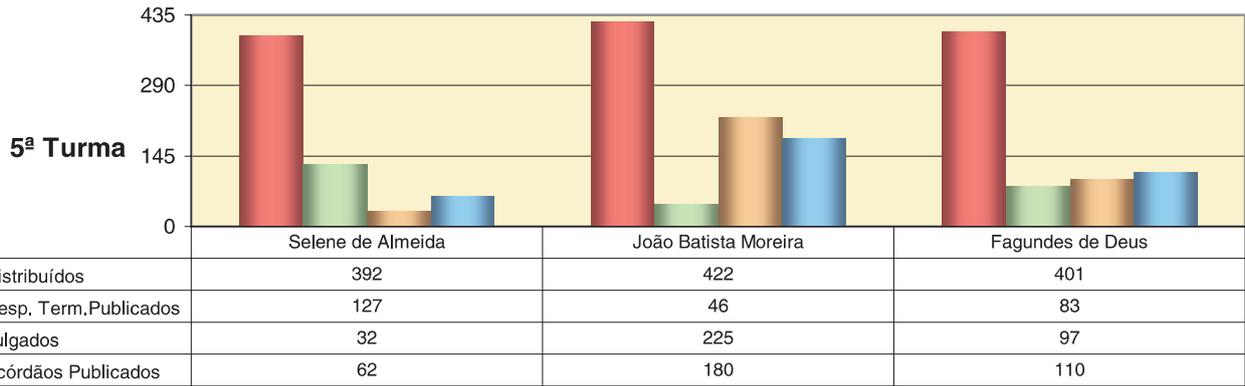
Recursos Extraordinários Admitidos	6
Recursos Especiais Admitidos	34
Recursos Extraordinários Não-Admitidos	43
Recursos Especiais Não-Admitidos	46
Decisões Diversas	45
Despachos Diversos	18
Suspensões de Segurança Deferidas	9
Suspensões de Segurança Indeferidas	9
TOTAL	210

Dados do Gabinete da Vice-Presidência.

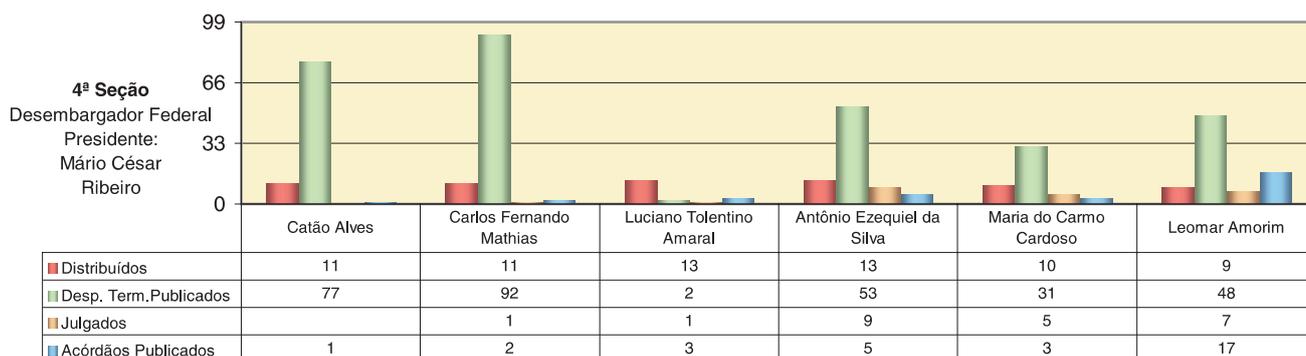
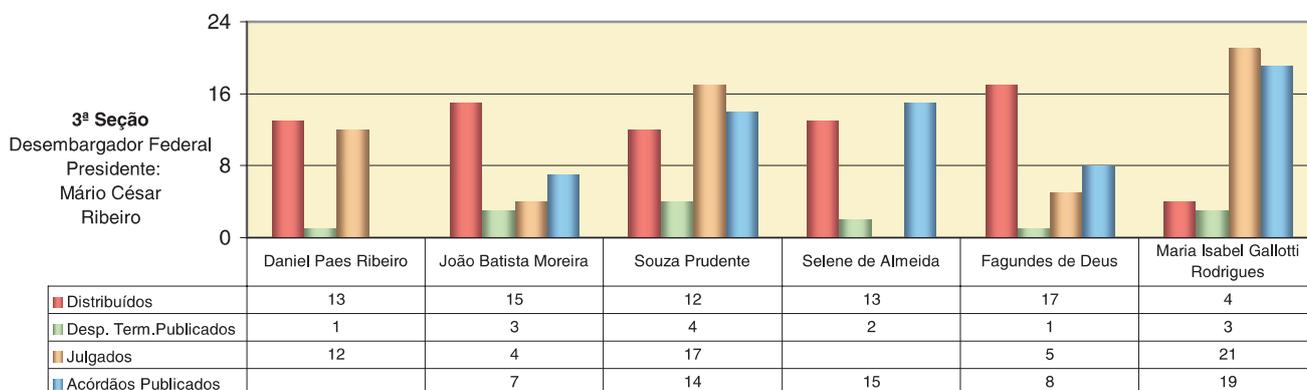
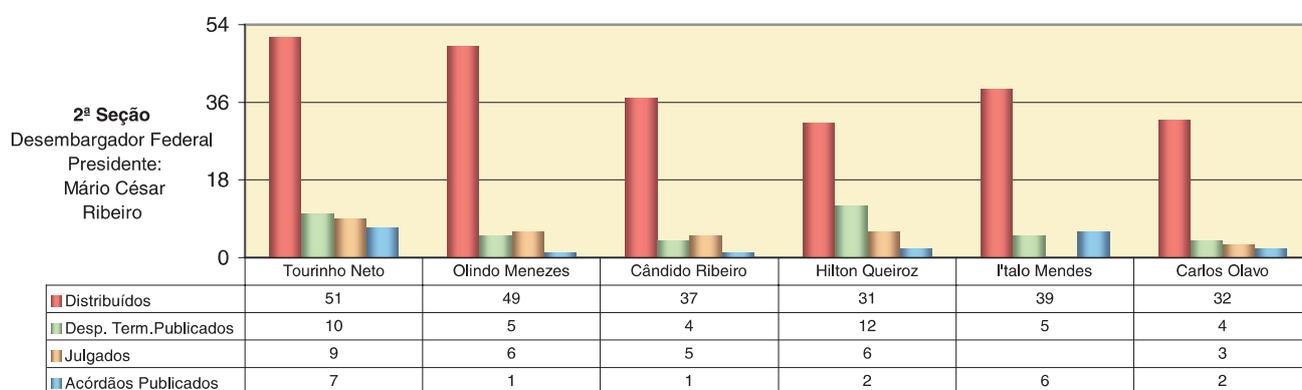
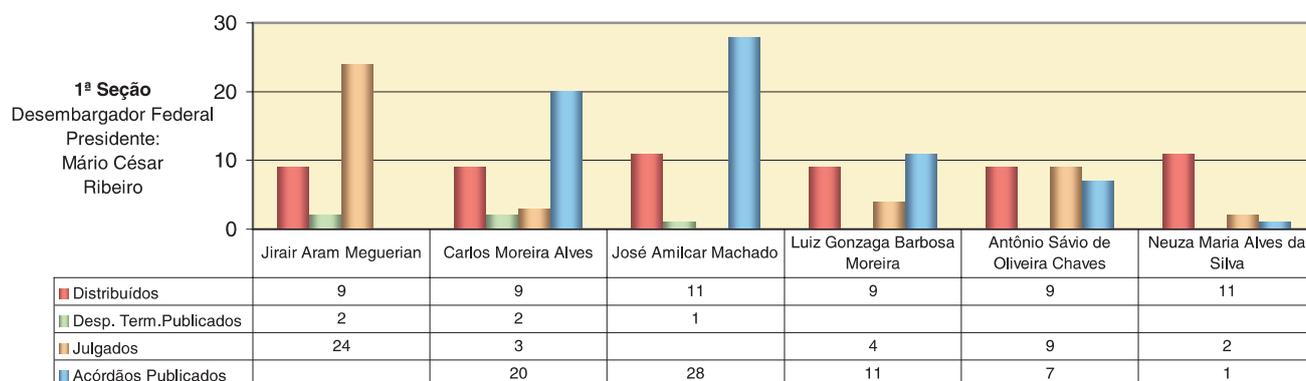
Processos com RE e REsp foram distribuídos à Vice-Presidência até 14 de outubro de 2004.

DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS





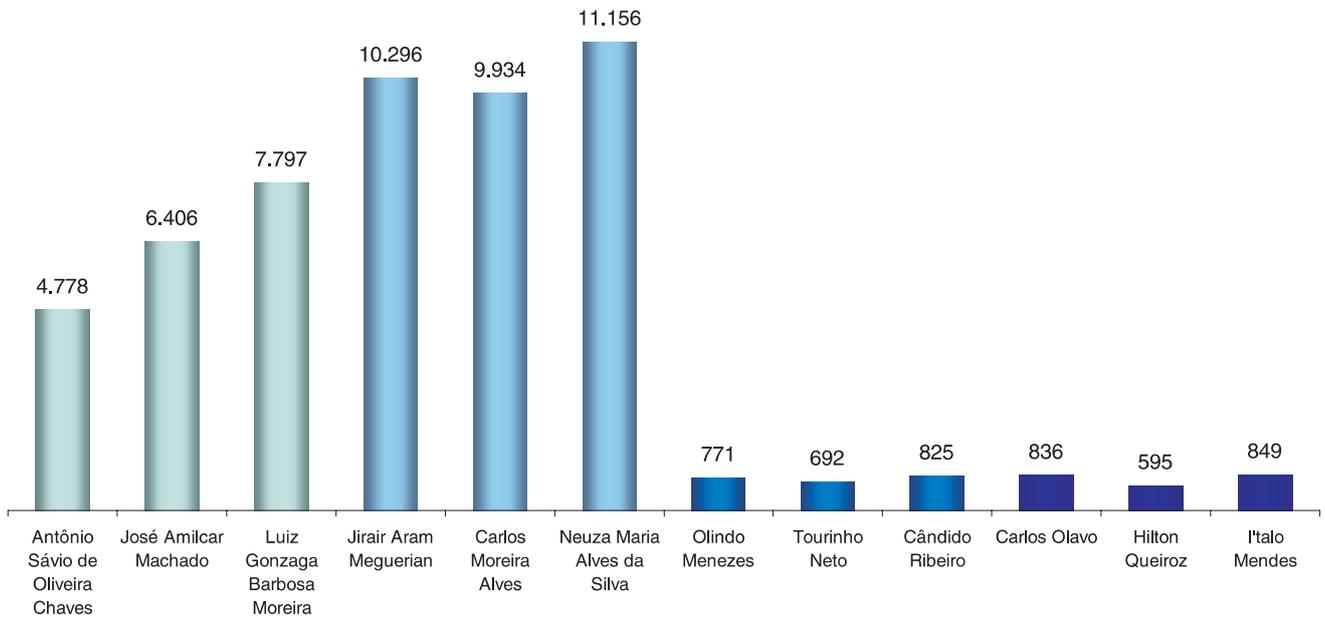
DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES



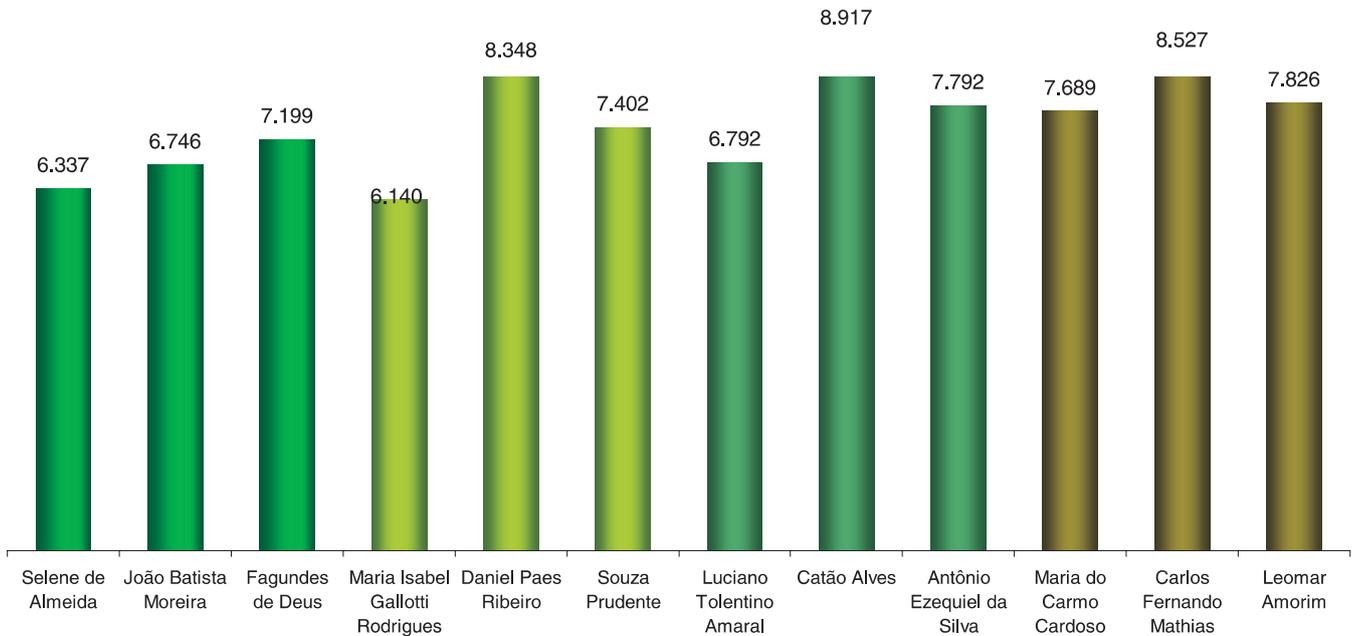
* Desembargadores federais presidentes das seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES

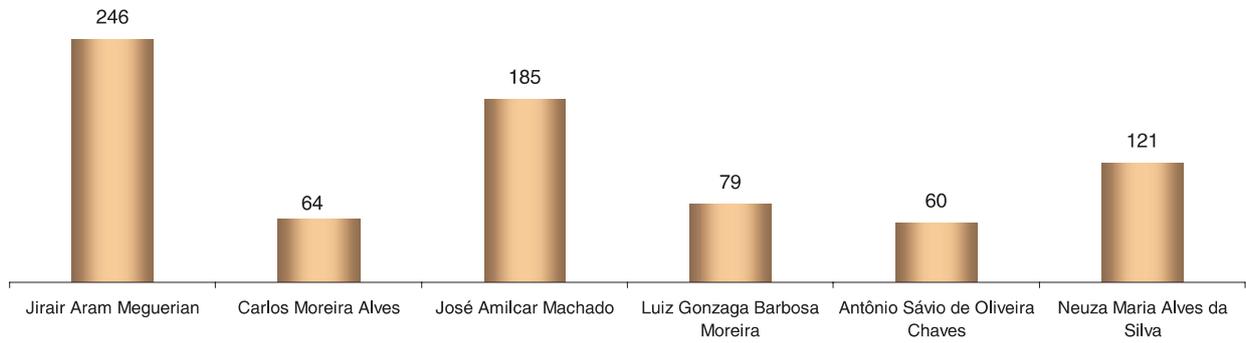


1ª Turma 2ª Turma 3ª Turma 4ª Turma

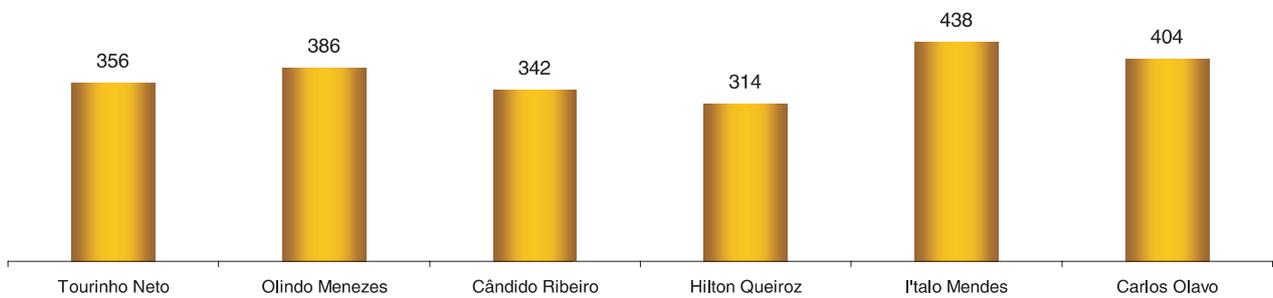


5ª Turma 6ª Turma 7ª Turma 8ª Turma

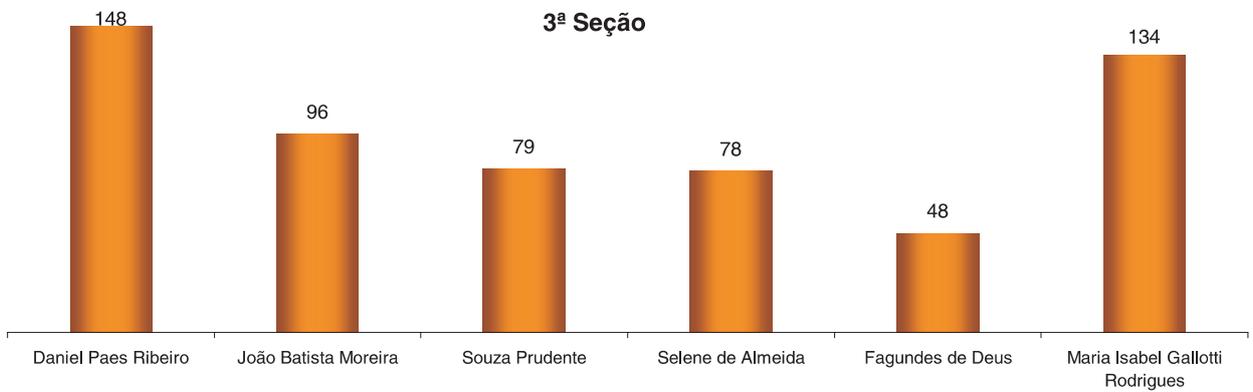
1ª Seção



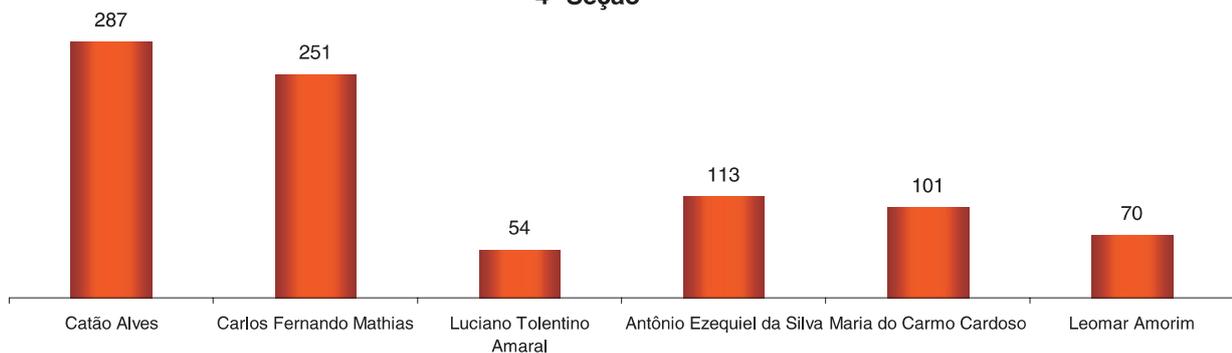
2ª Seção



3ª Seção



4ª Seção





**ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS
DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES**

ESTATÍSTICA DOS JUÍZES CONVOCADOS AGOSTO / 2005	Órgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
Alexandre Vidigal de Oliveira	4ª Turma	23	79	33
Antonio Claudio Macedo da Silva	2ª Turma			1
Daniele Maranhão Costa Calixto	4ª Seção		1	
	7ª Turma			3
Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	5ª Turma			3
Guilherme Mendonça Doehler	2ª Seção		4	5
	3ª Turma	1	38	5
	4ª Turma	1	45	54
Hamilton de Sá Dantas	6ª Turma	24	16	119
Iran Velasco Nascimento	1ª Seção		1	
Itelmar Raydan Evangelista	1ª Turma	7	56	
Ivani Silva da Luz	2ª Turma			69
Leão Aparecido Alves	3ª Seção		6	
	6ª Turma	6	111	
Lincoln Rodrigues de Faria	2ª Turma	41	391	203
Manoel José Ferreira Nunes	5ª Turma			2
Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	3ª Seção		28	9
	5ª Turma	34	112	70
Marcus Vinícius Reis Bastos	3ª Seção	1		
Mônica Jacqueline Sifuentes Pacheco de Medeiros	4ª Seção		5	
	7ª Turma	194	196	120
Roberto Carvalho Veloso	4ª Seção		3	
	8ª Turma	24	104	89
Rubens Rollo D'Oliveira	2ª Seção		11	
	3ª Turma	5	21	22
Saulo José Casali Bahia	3ª Turma	3	15	25
Vânila Cardoso André de Moraes	2ª Seção		1	
	3ª Turma			4

DESEMBARGADORES FEDERAIS AGOSTO / 2005	Órgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
Mário César Ribeiro	8ª Turma		1	
Tourinho Neto	4ª Seção			1
Luciano Tolentino Amaral	2ª Seção	1		